



Comissão de Finanças e Tributação

Relatório Anual de Atividades

2025



Comissão de
Finanças e Tributação



Comissão de
Finanças e Tributação

Relatório Anual de Atividades

2025



Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

57ª Legislatura (2023-2027) – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)

1º Vice-Presidente

Altineu Côrtes (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)

1º Secretário

Carlos Veras (PT-PE)

2º Secretário

Lula da Fonte (PP-PE)

3ª Secretária

Delegada Katarina (PSD-SE)

4º Secretário

Sergio Souza (MDB-PR)

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)

2º Suplente

Paulo Folletto (PSB-ES)

3º Suplente

Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)

4º Suplente

Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)

Diretor-Geral:

Guilherme Barbosa Brandão

Secretário-Geral da Mesa:

Lucas Ribeiro Almeida Júnior

Comissão de
Finanças e Tributação

Relatório Anual de Atividades

2025

Brasília
2025



Câmara dos Deputados

Projeto gráfico:

Coordenação de Conteúdo Institucional e Mídias Digitais
Direx e Coordenação de Serviços Gráficos
Deapa

Diagramação:

Comissão de Finanças e Tributação

Texto e edição:

Comissão de Finanças e Tributação

Fotos:

Agência Câmara

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Administração e Serviço Público.

Relatório Anual de Atividades – Brasília: Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação, 2025.

XX p. : il., fots., gráfs.

Disponível também em formato digital (e-book).

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Finanças e Tributação, relatório, 2025. II. Relatório Anual de Atividades.

CFT 2025

BibliotecáriBBibliotecária(o) responsável: _____ - CRB: _____

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação
Anexo II, Ala C, Pav Superior, Sala 136
CEP 70160-900 – Brasília/DF
Telefones: (61) 3216-6654/6657
cft@camara.leg.br

Sumário

Apresentação	7
Palavra do Presidente	8
Mesa-Diretora	9
Membros Titulares	10
Membros Suplentes	12
Proposições Deliberadas	15
Estatísticas	55
Requerimentos Aprovados	59
Audiências Públicas e Eventos	69
Subcomissão Especial (SUBFISC)	105
Emendas Orçamentárias (LDO e LOA)	109
Equipe Técnica	112

Relatório Anual da Comissão — 2025

Apresentação

Palavra do Presidente

O ano de 2025 marcou um ponto de inflexão na atuação da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Em um contexto de reconstrução econômica, reequilíbrio fiscal e fortalecimento do papel do Estado como indutor do desenvolvimento, a CFT esteve no centro dos principais debates e decisões que moldaram a política fiscal, tributária e financeira do País.

Sob nossa condução, a Comissão reafirmou sua vocação constitucional de zelar pelo equilíbrio das contas públicas sem abrir mão do compromisso com a redução das desigualdades, a valorização do trabalho e a promoção do crescimento econômico sustentável. Esse equilíbrio foi construído por meio do diálogo político, da escuta institucional e da formação de maiorias parlamentares amplas, plurais e responsáveis.

Em 2025, a CFT consolidou-se como o principal fórum de debate macroeconômico do Parlamento brasileiro. Realizamos audiências públicas com as principais autoridades responsáveis pela condução da política econômica do País. O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, compareceu à Comissão para discutir a conjuntura fiscal, a orientação da política econômica e temas estruturantes como a isenção do Imposto de Renda para as camadas de menor renda, uma das prioridades do atual ciclo de reformas voltadas à justiça tributária.

A Comissão também recebeu o Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, para debater juros, inflação, estabilidade financeira e fiscalização do sistema bancário, inclusive em situações de grande repercussão pública, como o caso do Banco Master. De forma complementar, o Secretário Especial da Receita Federal participou de audiências voltadas ao enfrentamento de operações sem lastro econômico, evasão fiscal, lavagem de dinheiro e práticas financeiras ilícitas, reforçando o papel da CFT como instância de controle e transparência.

Esses debates sustentaram avanços legislativos estruturantes. A partir desse ambiente de diálogo técnico e político, a Comissão avançou na agenda de racionalização do gasto tributário e enfrentamento aos privilégios fiscais, culminando na aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 182/2025, que estabeleceu a redução linear dos incentivos e benefícios tributários federais e fortaleceu os mecanismos de responsabilização no recolhimento de tributos, em especial no setor de apostas de quota fixa.

Esse resultado foi amparado pelo trabalho da Subcomissão Especial de Avaliação e Controle dos Benefícios Fiscais (SUBFISC), criada no âmbito da CFT para enfrentar o crescimento das renúncias fiscais e dar base técnica e institucional à sua revisão.

A Comissão também avançou de forma decisiva na regulação do sistema econômico e financeiro. A aprovação do requerimento de regime de urgência para o projeto que trata da tributação e responsabilização das casas de apostas assegurou que um setor em rápida expansão passe a contribuir de forma mais justa para o financiamento das políticas públicas. Nesse mesmo eixo, foi aprovado o marco legal das moedas sociais, fortalecendo a inclusão financeira e o desenvolvimento local.

A CFT dedicou atenção especial à conjuntura internacional, promovendo debates sobre os impactos do tarifaço anunciado pelos Estados Unidos, analisando seus efeitos sobre a indústria nacional, o comércio exterior, o emprego, a renda e a arrecadação.



O fortalecimento do crédito produtivo e do crédito rural também foi uma marca do ano. Destaca-se a ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com a utilização de recursos do Fundo Garantidor de Operações (FGO), ampliando o acesso ao financiamento, reduzindo riscos e fortalecendo a produção de alimentos e o desenvolvimento regional.

A valorização do trabalho, da renda e da dignidade humana esteve no centro da atuação da Comissão. Foram aprovadas proposições que fortalecem pisos salariais e direitos de categorias essenciais, como os trabalhadores da limpeza urbana e os assistentes sociais. Esse compromisso foi reforçado pela audiência pública realizada com o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, e representantes da Confederação Nacional da Indústria e da Confederação Nacional do Comércio, dedicada ao debate sobre o fim da escala de trabalho 6x1 e seus impactos sobre a qualidade de vida, a produtividade e o desenvolvimento econômico.

Como deputado de Minas Gerais, trouxe à agenda da Comissão o debate sobre o Programa de Renegociação da Dívida dos Estados (PROPAG), em um momento marcado pela aceleração do crescimento da dívida estadual. A CFT promoveu audiência pública com a participação do Secretário Nacional do Tesouro, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, de entidades sindicais, do Governo do Estado e da sociedade civil, buscando soluções que conciliem responsabilidade fiscal, preservação dos serviços públicos e retomada da capacidade de investimento.

Além dessas grandes agendas, a Comissão também atuou no enfrentamento da inadimplência de grandes devedores, no acompanhamento dos desafios do financiamento habitacional e do crédito de longo prazo, no aperfeiçoamento da implementação da Reforma Tributária e no fortalecimento da função de fiscalização orçamentária, em diálogo permanente com a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.

Todos esses avanços foram possíveis graças a um esforço contínuo de construção de maiorias multipartidárias, de diálogo entre diferentes visões e de busca do que é politicamente viável, socialmente necessário e fiscalmente responsável.

Encerramos 2025 com a convicção de que a CFT saiu mais forte, mais respeitada e mais conectada aos desafios nacionais. Agradeço ao conjunto das deputadas e dos deputados, de todas as bancadas, e aos servidores e à equipe técnica da Comissão, cuja dedicação e competência foram essenciais para a qualidade e a solidez dos trabalhos realizados.

Rogério Correia
Deputado Federal
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação



Presidência

Presidente: Rogério Correia (PT/MG)



1º Vice-Presidente: Florentino Neto (PT/PI)



Membros Titulares



Adail Filho
(REPUBLICANOS/AM(PL/PB))



Cabo Gilberto Silva
(PT/MS)



Camila Jara
(PT/MS)



Dayany Bittencourt
(UNIÃO/CE)



Diego Coronel
(PSD/BA)



Emanuel Pinheiro
Neto
(MDB/MT)



Fausto Jr.
(UNIÃO/AM)



Fernando Monteiro
(PSD/PE)



Florentino Neto
(PT/PI)



Fábio Teruel
(MDB/SP)



Hildo Rocha
(MDB/MA)



José Airton Félix
Cirilo
(PT/CE)



Júlio Cesar
(PSD/PI)



Kim Kataguir
(UNIÃO/SP)



Luiz Carlos Hauly
(PODE/PR)



Marcio Alvino
(PL/SP)



Merlong Solano
(PT/PI)



Murilo Galdino
(REPUBLICANOS/PB)jr.



Mário Negromonte
(PP/BA)



Pauderney Avelino
(UNIÃO/AM)



Paulo Guedes
(PT/MG)



Pedro Paulo
(PSD/RJ)



Reinhold
Stephanes
(PSD/PR)



Rogério Correia
(PT/MG)



Wellington Roberto
(PL/PB)



Zé Neto
(PT/BA)



Átila Lins
(PSD/AM)



Membros Suplentes



Aguinaldo Ribeiro
(PP/PB)



Alencar Santana
(PT/SP)



Ana Pimentel
(PT/MG)



Aureo Ribeiro
(SOLIDARIEDADE/RJ)



Aécio Neves
(PSDB/MG)



Claudio Cajado
(PP/BA)



Daniel Agrobom
(PL/GO)



Delegada Adriana
Accorsi
(PT/GO)



Delegado Paulo
Bilynskyj
(PL/SP)



Duarte Jr.
(PSB/MA)



Erika Kokay
(PT/DF)



Félix Mendonça
Júnior
(PDT/BA) Vaga do
Federação PSOL-
REDE



Gilberto Abramo
(REPUBLICANOS/MC)



Gilberto
Nascimento
(PSD/SP)



Henderson Pinto
(MDB/PA)



Icaro de Valmir
(PL/SE)



Marangoni
(UNIÃO/SP)



Marcelo Crivella
(REPUBLICANOS/RJ)(PDT/RJ)



Marcos Tavares



Maria Rosas
(REPUBLICANOS/SP)



Marussa Boldrin
(MDB/GO)



Maurício Carvalho
(UNIÃO/RO)



Mendonça Filho
(UNIÃO/PE)



Neto Carletto
(AVANTE/BA)



Jilmar Tatto
(PT/SP)



Joseildo Ramos
(PT/BA)



Josenildo
(PDT/AP)



José Medeiros
(PL/MT)



Juliana Cardoso
(PT/SP)



Júnior Ferrari
(PSD/PA)



Laura Carneiro
(PSD/RJ)



Luiz Carlos Busato
(UNIÃO/RS)





Olival Marques
(MDB/PA)



Otto Alencar Filho
(PSD/BA)



Paulo Alexandre
Barbosa
(PSDB/SP)



Pedro Westphalen
(PP/RS)



Ricardo Abrão
(UNIÃO/RJ)



Rodrigo da Zaeli
(PL/MT)



Sanderson
(PL/RS)



Sargento Portugal
(PODE/RJ)



Sidney Leite
(PSD/AM)



Socorro Neri
(PP/AC)



Tiago Dimas
(PODE/TO)



Vermelho
(PP/PR)



Vinicius Carvalho
(REPUBLICANOS/SP)



Zé Vitor
(PL/MG)



Relatório Anual da Comissão — 2025

Proposições Deliberadas

Proposições Deliberadas



PDL 391/2024 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL -
Aprova o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, assinado em Brasília, em 24 de agosto de 2022.
Aprovada em 09/04/25.

PDL 722/2024 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL -
Aprova o texto do Protocolo alterando a Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda e o seu Protocolo, celebrados em Santiago, em 3 de abril de 2001, assinado em Santiago, em 3 de março de 2022.
Aprovada em 09/04/25.

PDL 723/2024 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL -
Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, em 27 de agosto de 2023.



Aprovada em 09/04/25.

PL 6249/2019 JOSÉ GUIMARÃES - Estabelece regras gerais de direito econômico acerca das atividades desenvolvidas pelas mulheres rendeiras, concede incentivos ao exercício dessa atividade, e dá outras providências.

Aprovada em 09/04/25.

PL 1327/2024 TABATA AMARAL - Dispõe sobre a campanha “Maio Vermelho”, voltada à conscientização sobre os acidentes vasculares cerebrais.

Aprovada em 09/04/25.

PDL 382/2024 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto de adesão do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento III (FUMIN III).

Aprovada em 23/04/25.

PL 9657/2018 LAURA CARNEIRO - Altera as Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 9.656, de 3 de junho de 1998, para garantir direito à realização de cirurgia plástica reparadora, com ou sem uso de dispositivos médicos implantáveis.

Aprovada em 23/04/25.

PL 334/2020 CAPITÃO ALBERTO NETO - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para fixar o direito de acesso à cirurgia plástica de natureza reparadora no âmbito dos serviços de saúde do SUS.

Aprovada em 23/04/25.

PL 486/2020 SENADO FEDERAL - ZEQUINHA MARINHO - Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina ao poder público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó.

Aprovada em 23/04/25.

PL 386/2023 SENADO FEDERAL - DAMARES ALVES - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prorrogar a licença-maternidade em até 120 (cento e vinte) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e de sua mãe; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de recebimento do salário-maternidade.

Aprovada em 23/04/25.

PL 2899/2024 DR. ZACHARIAS CALIL - Dispõe sobre a instituição do mês de maio como Mês da Ética na Saúde.



Aprovada em 23/04/25.

PLP 78/2015 HÉLIO LEITE - Altera a Lei Complementar n. 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - Funpen.

Aprovada em 23/04/25.

PL 48/2019 FRED COSTA - Cria o serviço de Disque Denúncia de Maus Tratos e Abandono de Animais.

Aprovada em 07/05/25.

PL 3252/2021 ACÁCIO FAVACHO - Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estender isenção das taxas do Fistel e da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública para a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal.

Aprovada em 07/05/25.

PL 5102/2023 PATRUS ANANIAS - Dispõe sobre a transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Rio de Janeiro em Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais e Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Aprovada em 07/05/25.

PLP 57/2024 PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE - Cria a Fundação de Amparo à Enfermagem Brasileira e dá outras providências.

Aprovada em 21/05/25.

PL 10146/2018 PODER EXECUTIVO - Altera o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, para dispor sobre a marcação de embalagens de cigarros destinados à exportação.

Aprovada em 28/05/25.

PL 10375/2018 JULIO LOPES - Dispõe sobre o uso de meio eletrônico nos Registros Públicos, adota providências adicionais para a segurança jurídica e celeridade das transações imobiliárias; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e dá outras providências.

Aprovada em 28/05/25.

PL 2635/2020 GERVÁSIO MAIA - Altera a Lei nº 8.662, de 07 de JUNHO de 1993 que "Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências".

Aprovada em 28/05/25.



- PL 3224/2023** SENADO FEDERAL - FLÁVIO ARNS - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para modificar para despesas liquidadas o critério de aferição dos valores mínimos aplicados anualmente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em manutenção e desenvolvimento do ensino.
Aprovada em 28/05/25.
- PL 3547/2023** MEIRE SERAFIM - Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para disciplinar a observância das peculiaridades da Amazônia Legal na definição do valor previamente estimado da contratação cujo objeto será executado na referida região.
Aprovada em 28/05/25.
- PL 3881/2023** HENDERSON PINTO - Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor que os contratos com objeto a ser executado na Amazônia Legal devem internalizar os custos incrementais decorrentes das especificidades relacionadas a logística e clima.
Aprovada em 28/05/25.
- PL 5042/2023** CAIO VIANNA - Altera a Lei nº 12.340, de 1º de Dezembro de 2010, para incluir ações voltadas para a proteção, prevenção e recuperação de áreas costeiras afetadas por erosão e avanço do mar.
Aprovada em 28/05/25.
- PL 5833/2023** SARGENTO PORTUGAL - Estabelece margem de preferência para as propostas oferecidas por pessoas de baixa renda, na aquisição de materiais e equipamentos sem utilização previsível vendidos pela administração pública.
Aprovada em 28/05/25.
- PDL 242/2025** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto de adesão da República Federativa do Brasil ao Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos IV – FUMIN IV e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento IV – FUMIN IV, assinada em Punta Cana, República Dominicana, em 10 de março de 2024.
Aprovada em 17/06/25.
- PL 7678/2006** WALTER FELDMAN - Dispõe sobre a instalação de sistema de aquecimento solar em edificações, e dá outras providências.
Aprovada em 17/06/25.
- PL 1724/2007** ROGERIO LISBOA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de previsão para uso de aquecedores solares de água em novas edificações multifamiliares.
Aprovada em 17/06/25.



- PL 5733/2009** SENADO FEDERAL - MARCELO CRIVELLA - Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).
Aprovada em 17/06/25.
- PL 6250/2009** FRANCISCO ROSSI - "Dispõe sobre a utilização de energia solar e reaproveitamento da água da chuva na construção de habitações populares."
Aprovada em 17/06/25.
- PL 7231/2010** BERNARDO ARISTON - Dispõe sobre a implantação de sistemas que possibilitem o aproveitamento da água das chuvas, de reutilização da água tratada e de utilização de fontes renováveis de energia nas edificações em cuja reforma ou construção sejam utilizados recursos provenientes de entidades federais ou de fundos federais.
Aprovada em 17/06/25.
- PL 242/2011** SANDES JÚNIOR - Dispõe sobre a utilização de energia solar e reaproveitamento da água da chuva na construção de habitações populares.
Aprovada em 17/06/25.
- PL 1859/2011** PEDRO UCZAI - Dispõe sobre incentivos à utilização da energia solar e dá nova redação ao art. 82 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.
Aprovada em 17/06/25.
- PL 2952/2011** FELIPE BORNIER - Institui o Programa de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar - Prosolar e dá outras providências.
Aprovada em 17/06/25.
- PL 476/2019** RODRIGO AGOSTINHO - Altera a Lei no 8.730, de 10 de novembro de 1993, que estabelece a declaração de bens e rendas, para estabelecer sindicâncias patrimoniais aleatórias.
Aprovada em 17/06/25.
- PL 1024/2020** PODER EXECUTIVO - Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo.
Aprovada em 17/06/25.
- PL 3549/2020** JOSÉ GUIMARÃES - Dispõe sobre a concessão de auxílio emergencial mulheres artesãs - Bolsa Artesã.



Aprovada em 17/06/25.

- PL 4/2024** TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - Cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.
Aprovada em 17/06/25.
- PL 1788/2024** MARANGONI - Altera o Decreto-Lei nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, para incluir a possibilidade de assinatura eletrônica em notas promissórias.
Aprovada em 17/06/25.
- PL 1789/2024** MARANGONI - Altera o Decreto-Lei nº 413, de 09 de janeiro de 1969, para incluir a possibilidade de assinatura eletrônica em instrumentos de financiamento referentes ao comércio internacional (trade finance).
Aprovada em 17/06/25.
- PLP 124/2022** SENADO FEDERAL - RODRIGO PACHECO - Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para dispor sobre normas gerais para solução de controvérsias, consensualidade e processo administrativo em matéria tributária e aduaneira.
Aprovada em 17/06/25.
- PL 2783/2011** SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Dispõe sobre a criação e a extinção de funções comissionadas no quadro de pessoal da Justiça Federal de primeiro grau da 5ª Região e dá outras providências.
Aprovada em 02/07/25.
- PL 4146/2020** MARA ROCHA - Regulamenta a profissão de Trabalhador essencial de limpeza urbana.
Aprovada em 02/07/25.
- PL 2374/2023** DUARTE - Altera a Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009 e a Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020 de modo a assegurar que haja a inclusão das escolas comunitárias e o repasse direto dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, e dá outras providências.
Aprovada em 02/07/25.
- PL 1282/2024** CARLOS VERAS - Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica
Aprovada em 02/07/25.



- PL 5063/2023** MARIA DO ROSÁRIO - Institui política de apoio e prevenção da estafa mental ou burnout relacionado à maternidade.
Aprovada em 06/08/25.
- PL 1333/2015** RODRIGO DE CASTRO - Dispõe sobre a transparência das informações criminais.
Aprovada em 27/08/25.
- PL 11071/2018** CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Dispõe sobre repasse de informações de contato de doadores de medula óssea constantes em cadastros de órgão.
Aprovada em 27/08/25.
- PL 1456/2020** JOSÉ GUIMARÃES - Assegura a manutenção de bolsas e auxílios aos estudantes das instituições federais de educação superior, durante a pandemia de coronavírus.
Aprovada em 27/08/25.
- PL 4730/2020** JOÃO DANIEL - Altera a Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016, para prever a destinação preferencial ao Programa Nacional de Reforma Agrária dos imóveis rurais obtidos pela União em razão da extinção de créditos tributários por dação em pagamento.
Aprovada em 27/08/25.
- PL 3190/2023** SENADO FEDERAL - EEPÍRIDÍÃO AMIN - Altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, e a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para aprimorar e fomentar o microcrédito e as microfinanças.
Aprovada em 27/08/25.
- PL 3324/2023** SENADO FEDERAL - ZENAIDE MAIA - Altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para conferir prioridade à família da mulher em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família.
Aprovada em 27/08/25.
- PL 3390/2023** ADAIL FILHO - Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para vedar a cobrança de tarifas bancárias dos entes municipais, em contas classificadas como de Convênio Federal.
Aprovada em 27/08/25.
- PL 4504/2023** WASHINGTON QUAQUÁ - Instituir o programa de auxílio aos municípios adjacentes aos produtores de petróleo, visando a redistribuição dos royalties do petróleo para promover o desenvolvimento regional equilibrado.
Aprovada em 27/08/25.



- PL 976/2024** MARX BELTRÃO - Instituí, no âmbito de todo País, o “Chame o Apoio ao Autismo”.
Aprovada em 27/08/25.
- PL 2596/2024** LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA - Institui a campanha nacional "Abril Verde", dedicada à prevenção do transtorno de estresse pós-traumático (TEPT).
Aprovada em 27/08/25.
- PL 2652/2024** FAUSTO PINATO - Institui o Protocolo de Atendimento em Pronto Socorro para Vítimas de Tentativa de Suicídio em toda a rede pública e privada de saúde e dá outras providências.
Aprovada em 27/08/25.
- PL 3504/2024** MARCOS TAVARES - Estabelece a Política Nacional de Prevenção ao Suicídio, visando implementar ações de conscientização, apoio, capacitação e integração de cuidados de saúde mental em todas as unidades de saúde do país.
Aprovada em 27/08/25.
- PLP 11/2024** ZÉ VITOR - Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para considerar bem essencial repelentes para pele.
Aprovada em 27/08/25.
- PL 232/2003** BERNARDO ARISTON - Garante ao acertador de qualquer tipo de jogo ou aposta, realizado ou autorizado pela loteria federal e/ou loterias estaduais, o direito ao anonimato com relação a identificação do seu nome e imagem em anúncios e/ou informativos.
Aprovada em 03/09/25.
- PL 1264/2011** CLEBER VERDE - Dispõe sobre a criação do Programa de Combate e Prevenção ao Câncer de Pele junto aos pescadores em todo o território nacional.
Aprovada em 03/09/25.
- PL 7684/2017** SENADO FEDERAL - ALVARO DIAS - Acrescenta art. 10-B à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para estabelecer obrigações quanto ao registro das operações relativas à exploração de loterias e sorteios, com o fim de prevenção do crime de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.
Aprovada em 03/09/25.
- PL 111/2021** ALEXANDRE FROTA - Altera o artigo 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, para aumentar as penas aplicáveis e dá outras providências



Aprovada em 03/09/25.

PL 6112/2023 DUDA RAMOS - Acrescenta dispositivo ao art. 99 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 para conceder gratuidade de justiça a mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Aprovada em 03/09/25.

PL 811/2024 RODRIGO VALADARES - Altera a redação do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 e dá outras providências.

Aprovada em 03/09/25.

PL 905/2024 DR. ZACHARIAS CALIL - Institui o Dia Nacional das Zoonoses.

Aprovada em 03/09/25.

PL 2359/2025 KIM KATAGUIRI - Altera a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para dispor sobre a responsabilização de instituições financeiras, demais instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro pela negligência, omissão ou participação em operações financeiras associadas a jogos de azar ilegais ou irregulares e a organizações criminosas.

Aprovada em 03/09/25.

PDL 655/2025 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto da Convenção Aduaneira sobre o Transporte Internacional de Mercadorias ao Abrigo das Cadernetas TIR (Convenção TIR de 1975), celebrada em Genebra, em 14 de novembro de 1975.

Aprovada em 17/09/25.

PL 7159/2010 VICENTINHO - Considera insalubre a atividade profissional dos empregados em serviços de coleta de lixo.

Aprovada em 17/09/25.

PL 1384/2011 BETO FARO - Dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos e dá outras providências.

Aprovada em 17/09/25.

PL 3184/2012 DIEGO ANDRADE - Cria a profissão de coletor de lixo urbano e dá outras providências.

Aprovada em 17/09/25.



- PL 3995/2012** SENADO FEDERAL - PAULO PAIM - Acrescenta art. 197-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar insalubre e penosa a atividade profissional dos empregados em serviços de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo, e para dar outras providências.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 886/2015** MÁRIO HERINGER - "Dispõe sobre a instalação de setor destinado a prestação de serviços de odontologia nos Hospitais públicos e dá outras providências".
Aprovada em 17/09/25.
- PL 3119/2015** GIOVANI CHERINI - Acrescenta parágrafo ao art. 189 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a insalubridade derivada da higienização de instalações sanitárias de uso público, e a respectiva coleta de lixo.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 4348/2016** ATILA A. NUNES - determina o atendimento odontológico nos estabelecimentos que mantenham serviços de assistência médica sob a modalidade de internação, na rede pública e privada de saúde.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 5583/2016** ERIKA KOKAY - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a redução da jornada semanal de trabalho dos empregados do serviço de limpeza urbana.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 6264/2016** MARCELO AGUIAR - Dispõe sobre as condições de vida e de trabalho dos profissionais da limpeza urbana e dá outras providências.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 8661/2017** AUREO - Estabelece adicional de insalubridade aos empregados da área de limpeza e conservação.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 9384/2017** WLADIMIR COSTA - Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Pública, para instituir reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 10018/2018** SENADO FEDERAL - ATAÍDES OLIVEIRA - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar reserva de vagas em



curso oferecidos pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem e pelo Sebrae às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Aprovada em 17/09/25.

PL 10865/2018 ARLINDO CHINAGLIA - Dispõe sobre o salário profissional e o adicional de insalubridade dos trabalhadores nos serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas.

Aprovada em 17/09/25.

PL 486/2019 CAPITÃO WAGNER - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para aquisições de equipamentos de informática por famílias de baixa renda inscritas no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

Aprovada em 17/09/25.

PL 861/2019 SENADO FEDERAL - VENEZIANO VITAL DO RÊGO - Isenta do pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem, no território nacional, os estudantes brasileiros comprovadamente carentes que requeiram esses documentos com o objetivo de realizar atividade de ensino, pesquisa ou extensão no exterior.

Aprovada em 17/09/25.

PL 4264/2019 DAVID SOARES - Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a fim de dispor sobre o acesso prioritário para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar nas ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional implementadas pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Aprovada em 17/09/25.

PL 4531/2019 CÉLIO STUDART - Cria o selo "Mulheres Acolhidas" como forma de certificação oficial às pessoas jurídicas que contratarem mulheres vítimas de violência doméstica ou em situação de vulnerabilidade social.

Aprovada em 17/09/25.

PL 5548/2019 (Nº Anterior: PLS 244/2017) SENADO FEDERAL - ROSE DE FREITAS - Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para estabelecer a reserva de vagas para mulheres submetidas a situação de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social no quadro de empregados das empresas prestadoras de serviços a terceiros.

Aprovada em 17/09/25.

PL 6115/2019 CAPITÃO ALBERTO NETO - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para promover a capacitação profissional de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.



Aprovada em 17/09/25.

- PL 323/2021** ROSANGELA GOMES - Dispõe sobre a prioridade de inclusão da mulher vítima de violência doméstica nos programas de geração de emprego e renda gerenciados e/ou financiados pelo Governo Federal e dá outras providências.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 324/2021** ROSANGELA GOMES - Autoriza o Poder executivo Federal a criar o Banco de Emprego para as mulheres vítimas de Violência Doméstica e familiar - BANVIDA e dá outras providências.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 541/2021** CAPITÃO FÁBIO ABREU - Determina que mulheres em situação de vulnerabilidade social terão prioridade nas iniciativas de qualificação profissional.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 633/2021** JOSÉ GUIMARÃES - Institui o Banco de Empregos para as Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 1454/2021** LEONARDO GADELHA - Altera a Lei nº 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para reservar, pelo menos, 5% (cinco por cento) dos postos de trabalho nos contratos de serviços de execução por terceiros, para mulheres vítimas de violência doméstica, dependentes economicamente de seus cônjuges ou companheiros.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 1740/2021** LÍDICE DA MATA - Institui o Programa de Contratação de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Financeiramente Dependentes (PCMVF) que estabelece a concessão de incentivo fiscal no âmbito do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas às empresas tributadas com base no lucro real que contratarem mulheres nessas condições.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 1741/2021** LÍDICE DA MATA - Institui o Programa de Contratação de Mulheres de Baixa Renda Chefes de Família (PCMF) e estabelece a concessão de incentivo fiscal no âmbito do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas às empresas tributadas com base no lucro real que contratarem mulheres nessas condições.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 2221/2021** PEDRO LUCAS FERNANDES - Cria o Programa “Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar” e dá outras providências.
Aprovada em 17/09/25.



- PL 3515/2021** REJANE DIAS - Altera a Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir a promoção de programas de capacitação entre as diretrizes da política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher
Aprovada em 17/09/25.
- PL 3642/2021** ALEXANDRE FROTA - Dispõe sobre o acesso prioritário das mulheres vítimas de violência doméstica, em programas de qualificação profissional e emprego, geridos e/ou financiados pelo poder executivo.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 4522/2021** CARLOS VERAS - Dispõe sobre a penhora, arresto e adjudicação de imóveis rurais para destinação à reforma agrária no âmbito das execuções fiscais.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 4578/2021** TABATA AMARAL - Isenta do pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem, no território nacional, estudantes brasileiros de baixa renda comprovadamente aceitos em programas de ensino, pesquisa ou extensão no exterior.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 317/2022** JUNIO AMARAL - Dá nova redação à alínea “a” do inciso “I” do art. 24-A e ao parágrafo único do art. 24-G, ambos do Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 810/2022** PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Altera dispositivos da Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021, que dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 1460/2022** ROBERTO DE LUCENA - Altera o Decreto-Lei 667, de 02 de julho de 1969, para dispor sobre a aposentadoria do profissional militar.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 360/2023** SILVIA WAIÃPI - Concede incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que colaborem com a segurança pública por meio de videovigilância.
Aprovada em 17/09/25.
- PL 684/2023** ANA PAULA LIMA - Institui a Política Nacional para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher, denominado Observatório da Violência contra a Mulher e dá outras providências.



Aprovada em 17/09/25.

PL 2669/2023 ROGÉRIA SANTOS - Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para acrescentar o Violentômetro.

Aprovada em 17/09/25.

PL 5573/2023 DELEGADA ADRIANA ACCORSI - dispõe sobre a reserva de vagas de empregos às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviços, em órgãos públicos e dá outras providências.

Aprovada em 17/09/25.

PL 658/2024 AMOM MANDEL - Dispõe sobre a prioridade de mulheres vítimas de violência sexual, doméstica e familiar no processo seletivo do Sistema Nacional de Emprego – SINE, em todo o território nacional.

Aprovada em 17/09/25.

PL 780/2024 FLÁVIA MORAIS - Altera a Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023, para autorizar a retomada de obras e serviços de engenharia destinados ao saneamento em áreas urbanas e rurais.

Aprovada em 17/09/25.

PL 1155/2024 FELIPE SALIBA - Institui o Selo Amigo do Motorista em âmbito Federal, conferido aos estabelecimentos que ofereçam pontos de apoio e descanso adequados aos caminhoneiros.

Aprovada em 17/09/25.

PL 1212/2024 ALBERTO FRAGA - Altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para dispor sobre o sigilo de contratações no curso de rastreamento e obtenção de provas em atividades investigativas contra organizações criminosas, e dá outras providências.

Aprovada em 17/09/25.

PL 2646/2024 MARCOS TAVARES - Cria a Lei de Assistência Integral à Saúde Mental.

Aprovada em 17/09/25.

PL 3369/2024 LAURA CARNEIRO - Altera o art. 51 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre a sanção à instituição financeira pela não observância da proibição de cobrança de tarifas bancárias das organizações da sociedade civil.

Aprovada em 17/09/25.

PL 3816/2024 NELSON BARBUDO - Dispõe sobre a criação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em municípios de médio e grande porte e de instituições



para internação de dependentes químicos, e altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

Aprovada em 17/09/25.

PL 11135/2018 FÁBIO TRAD - Altera o art. 91 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal, que dispõe sobre os efeitos da condenação penal, para incluir a responsabilidade do autor do crime em ressarcir os custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Aprovada em 24/09/25.

PL 792/2022 JUNINHO DO PNEU - Institui a Política Nacional de Prevenção e Combate à Esporotricose.

Aprovada em 24/09/25.

PL 3373/2024 DR. FERNANDO MÁXIMO - "Cria a Carteira Nacional da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - e-CNPT e a Carteira Nacional da Pessoa com Síndrome de Down - e-CNPS., e dá outras providências."

Aprovada em 24/09/25.

PL 648/2025 JULIANA CARDOSO - Institui a Semana Nacional de Conscientização e Prevenção ao Câncer Colorretal.

Aprovada em 24/09/25.

PL 4731/2020 JOÃO DANIEL - Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para prever a destinação preferencial ao Programa Nacional de Habitação de Interesse Social dos imóveis urbanos obtidos pela União em razão da extinção de créditos tributários por dação em pagamento.

Aprovada em 01/10/25.

PL 680/2022 LOESTER TRUTIS - Esta lei determina que quando for caracterizada fraude em licitação e fraude em obra pública, o CNPJ e o CPF dos sócios da empresa ficarão bloqueados e impossibilitados de participar de novas licitações.

Aprovada em 01/10/25.

PL 4476/2023 CAIO VIANNA - Estabelece a definição de moedas sociais, bem como regula a sua emissão e transação através da tecnologia de registro distribuído.

Aprovada em 01/10/25.

PL 4656/2023 BRUNO GANEM - Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, inserindo o inciso VI ao Art. 73, para assegurar, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, a opção de unidade habitacional com ou sem muro e/ou cerca, de acordo com a escolha do mutuário.

Aprovada em 01/10/25.



- PL 7552/2014** SENADO FEDERAL - BLAIRO MAGGI - Acrescenta parágrafo único ao art. 65 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para instituir residência pedagógica para os professores da educação básica.
Aprovada em 15/10/25.
- PL 6268/2019** NORMA AYUB - Dispõe sobre o fornecimento de merenda escolar aos professores e demais profissionais da educação, em efetivo exercício nas escolas públicas estaduais e municipais.
Aprovada em 15/10/25.
- PL 2531/2021** ROSE MODESTO - Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais dos quadros de pessoal técnico e administrativo da educação básica.
Aprovada em 15/10/25.
- PL 3970/2021** PROFESSORA ROSA NEIDE - Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid e o Programa Residência Pedagógica - PRP e dá outras providências.
Aprovada em 15/10/25.
- PL 28/2022** POMPEO DE MATTOS - Dispõe sobre o fornecimento de alimentação escolar aos professores e demais profissionais da educação, em efetivo exercício nas escolas públicas estaduais e municipais.
Aprovada em 15/10/25.
- PL 2878/2023** HERCÍLIO COELHO DINIZ - Acrescenta o art. 80-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o Programa Empresa Amiga da Escola Pública, e dá outras providências.
Aprovada em 15/10/25.
- PL 5135/2023** MARCOS TAVARES - Institui o PROGRAMA ESCOLA LEGAL, visando o incentivo da realização de parcerias de pessoas físicas e jurídicas com a rede pública de ensino.
Aprovada em 15/10/25.
- PL 2305/2024** PROF. REGINALDO VERAS - Institui o Selo Empresa Amiga da Escola.
Aprovada em 15/10/25.
- EMS 2100/2019** SENADO FEDERAL - Emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 2.100, de 2019 (PL nº 4.578, de 2016, na Casa de origem), que “Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre a permissão de uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias”.



Aprovada em 22/10/25.

PL 2100/2019 (Nº Anterior: PL 4578/2016) LUIZ COUTO - Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre a permissão de uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias.

Aprovada em 22/10/25.

PL 605/2022 NILTO TATTO - Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de canis nos estabelecimentos penais.

Aprovada em 22/10/25.

PL 4309/2023 DANIELA REINEHR - Proíbe a reconstituição de leite em pó importado por pessoa jurídica para venda como leite fluido no território nacional.

Aprovada em 22/10/25.

PL 311/2024 LEO PRATES - “Propõe a ampliação do acesso à saúde mental no Brasil no pós-pandemia, incorporando profissionais da saúde mental como psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, oficinairos, enfermeiros e educadores físicos e também ações articuladas que promovam saúde mental nas comunidades.”.

Aprovada em 22/10/25.

PL 1526/2024 NATÁLIA BONAVIDES - Altera o inciso III do Art. 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, para assegurar que o limite temporal para recontração de servidor temporário se aplica apenas à mesma instituição da contratação anterior.

Aprovada em 22/10/25.

PL 1785/2024 HENDERSON PINTO - Institui a Carteira de Identificação do Paciente Oncológico e dá outras providências.

Aprovada em 22/10/25.

PL 2883/2024 LAURA CARNEIRO - Cria o “Orçamento Mulher” e dá outras providências.

Aprovada em 22/10/25.

PL 3695/2024 MISSIONÁRIA MICHELE COLLINS - Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, a fim de incluir objetivos.

Aprovada em 22/10/25.

PL 4295/2024 EVAIR VIEIRA DE MELO - Institui a Carteira de Identificação do Paciente Oncológico e dá outras providências.



Aprovada em 22/10/25.

PL 382/2025 JOÃO DANIEL - Altera a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2003, para dispor sobre a participação no Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal (PAA) do beneficiário fornecedor agricultor familiar que apresente débitos perante a União.

Aprovada em 22/10/25.

PL 2584/2025 JULIO CESAR RIBEIRO - Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para definir percentual de arrecadação da loteria de prognósticos numéricos a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC).

Aprovada em 22/10/25.

PL 259/2007 DR. ROSINHA - Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e acrescenta novos parágrafos.

Aprovada em 12/11/25.

PL 3092/2008 LUCIANA GENRO - Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescentando dispositivos relativos a celebração de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outro instrumento congênere com pessoas jurídicas de direito privado.

Aprovada em 12/11/25.

PL 3453/2008 SENADO FEDERAL - TASSO JEREISSATI - Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo.

Aprovada em 12/11/25.

PL 5366/2016 RENATA ABREU - Concede ao usuário de rodovia o direito de atravessar gratuitamente praça de pedágio se houver efetuado pagamento de tarifa, no mesmo local, nos vinte minutos anteriores.

Aprovada em 12/11/25.

PL 6964/2017 LUCIO MOSQUINI - Altera o art. 29 da Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.

Aprovada em 12/11/25.



- PL 11068/2018** CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que estabelece a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 134/2019** RENATA ABREU - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, "que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para obrigar bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres a disponibilizar cardápio em Braille para atendimento de pessoas com deficiência visual.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 802/2019** JULIO CESAR RIBEIRO - Acrescenta redação e parágrafo único ao art. 12 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a obrigatoriedade de cardápios em Braille em restaurantes, lanchonetes, bares, hotéis e estabelecimentos congêneres.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 1550/2019** SENADO FEDERAL - CONFÚCIO MOURA - Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio em Braille por bares, lanchonetes e restaurantes.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 1622/2019** GILBERTO ABRAMO - Altera a Lei nº 13.146, de 5 de julho de 2015, para dispor sobre a oferta de informações em formato acessível, inclusive mediante o uso do sistema Braille.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 2309/2019** CAPITÃO WAGNER - Altera a Lei n.º 12.291, de 20 de julho de 2010, para tornar obrigatória a manutenção de exemplar em braile do Código de Proteção e Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 3524/2019** FERNANDA MELCHIONNA - Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação em braile das informações contidas nas gôndolas de estabelecimentos comerciais de médio e grande porte para bem atender pessoas com deficiência visual.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 4303/2019** FELIPE CARRERAS - Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio em Braille por bares, lanchonetes e restaurantes.
Aprovada em 12/11/25.



- PL 5811/2019** EDNA HENRIQUE - Altera a Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre o emprego de senhas em Braille e de avisos sonoros para o atendimento de pessoas com deficiência visual.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 3912/2021** GUSTAVO FRUET - Altera a Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a utilização de avisos sonoros para atendimento de pessoas com deficiência visual ou auditiva.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 2866/2022** JOSÉ NELTO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de medicamentos, alimentos, materiais de limpeza, produtos cosméticos e etiquetas de peças de vestuário a utilizar a escrita “braille” nas embalagens, ou descrição dos objetos.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 1025/2023** DUARTE - Altera o art. 4º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para tornar obrigatório a instalação de dispositivo de áudio em equipamentos de leitura ótica para consulta de preço pelo consumidor em estabelecimentos que utilizem código de barras para apreçamento.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 1107/2023** SENADO FEDERAL - WEVERTON - Dispõe sobre a indenização pecuniária por tempo de serviço aos servidores comissionados do Senado Federal.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 2625/2023** JULIO ARCOVERDE - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos restaurantes, lanchonetes, bares e estabelecimentos congêneres a disponibilizar para os consumidores, nos atendimentos presenciais, cardápios impressos e em braille em formato físico e dá outras providências.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 5489/2023** LINDBERGH FARIAS - Prevê assistência à saúde integral para servidores da Sucam e Funasa que manusearam inseticidas carcinogênicos.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 1535/2024** JUNIO AMARAL - Altera o parágrafo único, do art. 16, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as vítimas de desastres na ordem de prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda.
Aprovada em 12/11/25.
- PL 1548/2024** DAIANA SANTOS - Acrescenta o inciso II-A do parágrafo único do art. 16 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que, após os idosos e



profissionais de educação, os contribuintes que sofreram com catástrofes climáticas tenham prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda de pessoa física.

Aprovada em 12/11/25.

PL 1550/2024 FRED LINHARES - Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que “dispõe sobre imposto de renda das pessoas físicas” para incluir como prioridade para recebimento da restituição do IRPF os contribuintes que residam em áreas atingidas por desastres ambientais. .
Aprovada em 12/11/25.

PL 1575/2024 MESSIAS DONATO - Dispõe sobre prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda pessoa física, os contribuintes que residam em áreas impactadas por desastres ambientais.
Aprovada em 12/11/25.

PL 2680/2024 OSSESIO SILVA - Altera a Lei 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, para incluir o disque saúde mental.
Aprovada em 12/11/25.

PL 3108/2024 JOSÉ GUIMARÃES - Dispõe sobre a Política Nacional de Memória e Reparação a Crianças, Adolescentes e Jovens Vítimas de Chacinas no Brasil e suas famílias.
Aprovada em 12/11/25.

PL 3803/2024 TONINHO WANDSCHEER - Altera a Lei nº 14.273, de 2021, Lei das Ferrovias, para dispor sobre a continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário não regular e eventual de passageiros, na hipótese de desativação ou devolução de trechos ferroviários concedidos.
Aprovada em 12/11/25.

PLP 109/2025 ALCEU MOREIRA - Dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.
Aprovada em 12/11/25.

PL 4862/2019 ZÉ VITOR - Acrescenta o inciso III ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para prever a possibilidade de se estabelecer, nos processos de licitação, margem de preferência para bens e serviços produzidos ou prestados



por empresas com certificação de qualidade conferida pela Organização Internacional para Padronização - ISO.

Aprovada em 18/11/25.

PL 2441/2023 AMOM MANDEL - Dispõe sobre a fixação, pela União, de critérios mínimos de qualidade nas contratações e execuções de obras públicas.

Aprovada em 18/11/25.

PL 3240/2023 CHICO ALENCAR - Dispõe sobre providências a serem adotadas pelas pessoas submetidas à supervisão do Coaf para o acompanhamento de operações ou propostas de operação que envolvam pessoas expostas politicamente.

Aprovada em 18/11/25.

PL 1878/2025 RODRIGO VALADARES - Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para estabelecer mecanismos de compensação relacionados ao transporte aéreo de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para transplante e dá outras providências.

Aprovada em 18/11/25.

PL 1078/2022 JORIELSON - Dispõe sobre a transformação do campus Oiapoque da Universidade Federal do Amapá em Universidade Federal da Fronteira Norte (UNIFRON) e dá outras providências.

Aprovada em 26/11/25.

PL 3455/2023 SENADO FEDERAL - RANDOLFE RODRIGUES - Dispõe sobre a transformação do campus de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá (Unifap) em Universidade Federal da Fronteira Norte (Unifron).

Aprovada em 26/11/25.

PL 5024/2023 WELITON PRADO - Institui o Programa Nacional de Vacinação dos Pacientes com Câncer.

Aprovada em 26/11/25.

PL 1862/2024 BENES LEOCÁDIO - Altera a Lei nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para criar Programa Nacional de Combate à Desnutrição Oncológica.

Aprovada em 26/11/25.

PL 2213/2025 SENADO FEDERAL - JAQUES WAGNER - Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a utilização de recursos não comprometidos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a cobertura de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).



Aprovada em 26/11/25.

- PLP 182/2025** JOSÉ GUIMARÃES - Dispõe sobre a redução linear de incentivos e benefícios federais de natureza tributária e estabelece a responsabilidade solidária de terceiros pelo recolhimento de tributos incidentes sobre a exploração de apostas de quota fixa.
Aprovada em 26/11/25.
- PL 7927/2014** TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e dá outras providências.
Aprovada em 03/12/25.
- PL 424/2015** JORGE SOLLA - Acrescenta o Inciso XXXII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e altera o art. 3º da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, permitindo a dispensa de licitação para aquisição de hemoderivados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.
Aprovada em 03/12/25.
- PL 1035/2015** FAUSTO PINATO - Dispõe sobre a criação de Unidades de Urgência em Fisioterapia (UUF) implantadas nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24hs) e/ou Unidades Básicas de Saúde (UBS) para assistência fisioterapêutica imediata ao paciente com quadro agudo de dor ou afecção respiratória, solucionáveis predominantemente por meio de terapias manuais
Aprovada em 03/12/25.
- PL 1823/2022** PASTOR GIL - Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para vedar que instituições de pagamento e instituições financeiras autorizem transações em meio eletrônico relacionadas à participação em jogos de azar e loterias não autorizadas e a compra de material de pedofilia.
Aprovada em 03/12/25.
- PL 2591/2023** MARIA DO ROSÁRIO - Altera o parágrafo único e seus incisos, do Art. 2º da Lei 14.509 de 27 de dezembro de 2022 que “Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências” para tornar facultativa a reserva de 5% na remuneração do servidor público federal para o pagamento de empréstimos consignados relativos aos cartões de crédito e cartão consignado de benefício.
Aprovada em 03/12/25.
- PL 5376/2023** MARIA ROSAS - Dispõe sobre a inclusão de procedimentos de neuromodulação não invasiva na lista de procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS.



Aprovada em 03/12/25.

PL 4256/2024 DAYANY BITTENCOURT - Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para incluir como classificações de desempate nos processos licitatórios o desenvolvimento de ações que promovam a acessibilidade para pessoas com deficiência.

Aprovada em 03/12/25.

PLP 267/2019 SERGIO SOUZA - Altera a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que "dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências".

Aprovada em 03/12/25.

PLP 71/2025 GERALDO RESENDE - Altera a lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para classificar a podologia no item 4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

Aprovada em 03/12/25.

PL 7812/2017 JHONATAN DE JESUS - Altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, que "Cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima e dá outras providências".

Rejeitada em 09/04/25.

PL 460/2003 CORAUCI SOBRINHO - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estender ao portador da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS o benefício de prestação continuada.

Rejeitada em 23/04/25.

PL 770/2003 FRANCISCA TRINDADE - Altera o valor da renda familiar per capita para auferir a renda mensal vitalícia instituída pela Lei nº 8.742, de 1993, assegura a gratificação natalina aos seus beneficiários e dá outras providências.

Rejeitada em 23/04/25.

PL 1312/2003 DR. RODOLFO PEREIRA - Inclui § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para permitir a concessão de renda mensal no valor de um salário mínimo ao responsável legal pelos cuidados diários com o portador de deficiência tetraplégico.

Rejeitada em 23/04/25.



- PL 1421/2003** ROGÉRIO SILVA - Inclui § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para permitir a concessão de abono anual aos portadores de deficiência e idosos.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 3047/2004** JOÃO MENDES DE JESUS - Modifica o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estender o benefício assistencial de um salário mínimo aos portadores da doença de Alzheimer.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 3363/2004** DR. HELENO - Dispõe sobre a modificação do art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, visando estender o benefício assistencial de um salário mínimo aos portadores do Mal de Parkinson.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 4366/2004** ZENALDO COUTINHO - Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a concessão do benefício de prestação continuada aos idosos e aos portadores de deficiência carentes.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 4613/2004** GERVÁSIO SILVA - Autoriza o Poder Executivo a instituir pensão e dá outras providências
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 5871/2005** MÁRIO ASSAD JÚNIOR - Altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para acrescentar art. 21-A dispondo sobre benefício assistencial aos dependentes cujos provedores tenham sido vitimados por crimes de violência.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 6026/2005** JOVAIR ARANTES - Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que "dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências", para ampliar a concessão do benefício de prestação continuada ao idoso e à pessoa portadora de deficiência.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 7597/2006** MENDONÇA PRADO - Acrescenta ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, o § 9º.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 682/2007** CLEBER VERDE - Acrescenta § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estender o pagamento de gratificação natalina ao idoso e ao portador de deficiência que recebam o benefício de prestação continuada.
Rejeitada em 23/04/25.



- PL 917/2007** SANDRO MATOS - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização de Assistência Social e dá outras providências, para estender o benefício de prestação continuada ao responsável por pessoa portadora de deficiência.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 918/2007** CLEBER VERDE - Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estender a concessão do Benefício de Prestação Continuada à pessoa com deficiência e ao idoso beneficiários de pensão por morte no valor de até um salário mínimo.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 952/2007** DR. UBIALI - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe "sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências", para estender o benefício de prestação continuada ao responsável por pessoa portadora de deficiência.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 1043/2007** LUIZA ERUNDINA - Altera dispositivos da Lei nº 8.742, de 1993, e dá outras providências.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 1577/2007** ULDURICO PINTO - Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre acréscimo no valor do benefício assistencial de prestação continuada.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 1630/2007** ANTONIO JOSÉ MEDEIROS - Altera o valor da renda familiar per capita para auferir a renda mensal vitalícia instituída pela Lei nº 8.742, de 1993, assegura a gratificação natalina aos seus beneficiários e dá outras providências.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 1865/2007** CLEBER VERDE - Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre ampliação e regras de concessão de benefício assistencial de prestação continuada.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 1898/2007** ULDURICO PINTO - Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre acréscimo no valor do benefício assistencial de prestação continuada.
Rejeitada em 23/04/25.



- PL 1904/2007** CLEBER VERDE - Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências".
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 1996/2007** SOLANGE ALMEIDA - Altera o parágrafo 3º e o caput do artigo 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para incluir os portadores de insuficiência renal que dependem de hemodiálise como beneficiários do Benefício de Prestação Continuada.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 2146/2007** REBECCA GARCIA - Altera o caput do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e o caput do art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estender o benefício de prestação continuada ao idoso em internação domiciliar.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 2209/2007** DÉCIO LIMA - Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estender o benefício assistencial de um salário mínimo aos portadores de marca-passo cardíaco
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 2362/2007** LUIZ CARLOS HAULY - Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre ampliação de regras de concessão de benefício assistencial de prestação continuada.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 2847/2008** JOVAIR ARANTES - Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre ampliação e regras de concessão de benefício assistencial de prestação continuada.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 2911/2008** SEBASTIÃO BALA ROCHA - Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre ampliação de regras de concessão de benefício assistencial de prestação continuada e incluir vítimas de acidentes com embarcações conhecidos como escarpelamentos.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 2963/2008** REBECCA GARCIA - Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e o art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estender o benefício de prestação continuada ao idoso em internação domiciliar.
Rejeitada em 23/04/25.



- PL 3356/2008** CIRO PEDROSA - Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre a concessão de benefício assistencial de prestação continuada para o portador de insuficiência renal crônica.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 4650/2009** HOMERO PEREIRA - Altera a redação do art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para disciplinar a concessão do auxílio natalidade.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 5196/2009** ANTONIO BULHÕES - Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1.993, que "Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências", para conceder o benefício de prestação continuada também ao familiar responsável pela assistência direta e indispensável ao portador de deficiência.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 5671/2009** SILVIO LOPES - Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre a concessão de benefício assistencial de prestação continuada para pessoa com hiperatividade e epilepsia.
Rejeitada em 23/04/25.
- PL 6091/2019** JERÔNIMO GOERGEN - Dispõe sobre a dispensa da apresentação da declaração de saída temporária nos municípios contíguos às áreas de livre comércio.
Rejeitada em 28/05/25.
- PL 4446/2020** ACÁCIO FAVACHO - Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.256, de 1991, para dispor sobre a circulação de veículo em território fora da respectiva Área de Livre Comercio, e veda a aplicação de multas na hipótese em que especifica.
Rejeitada em 28/05/25.
- PL 643/2021** SENADO FEDERAL - LUCAS BARRETO - Dispõe sobre a autorização eletrônica para a saída temporária de veículos de Área de Livre Comércio (ALC) para circulação e limita a exigência do PIS e da Cofins após decorrido o prazo de 3 (três) anos de suspensão do IPI.
Rejeitada em 28/05/25.
- PL 1484/2007** MANOEL JUNIOR - Cria a obrigatoriedade de utilização como fonte subsidiária de energia, sistema de aquecimento solar de água em imóveis financiados com recursos do SBPE, FGTS, FAT e do OGU - Orçamento Geral da União e dá outras providências.
Rejeitada em 17/06/25.



- PL 3173/2008** IRINY LOPES - Obriga a instalação de sistema de aquecimento de água por meio do aproveitamento da energia solar.
Rejeitada em 17/06/25.
- PL 4737/2009** SENADO FEDERAL - VALDIR RAUPP - Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Vilhena, no Estado de Rondônia.
Rejeitada em 17/06/25.
- PL 3418/2015** GIACOBO - Criação da Zona Franca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná
Rejeitada em 17/06/25.
- PL 1094/2019** LUIZ NISHIMORI - Cria a Zona Franca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.
Rejeitada em 17/06/25.
- PL 1017/2023** RICARDO AYRES - Cria a Zona Franca do Bico do Papagaio, em Praia Norte, no Estado do Tocantins.
Rejeitada em 17/06/25.
- PL 3253/2019** SENADO FEDERAL - PAULO PAIM - Regulamenta a profissão de agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas.
Rejeitada em 02/07/25.
- PL 2019/2022** LAERCIO OLIVEIRA - Regulamenta a profissão de agente de coleta, limpeza e conservação das vias públicas.
Rejeitada em 02/07/25.
- PDC 590/2017** VINICIUS CARVALHO - Susta a Portaria nº 120/2016 do Ministério de Minas e Energia que determina que os valores homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas repassando aos consumidores indenização às empresas transmissoras de energia elétrica por ativos não depreciados.
Rejeitada em 27/08/25.
- PDC 600/2017** EDMILSON RODRIGUES - Susta a Portaria nº 120 de 2016 do Ministério de Minas e Energia que determina que os valores homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (RAP) transferindo para os consumidores indenização às empresas transmissoras de energia elétrica por ativos não depreciados.
Rejeitada em 27/08/25.



- PDC 623/2017** FABIO GARCIA - Susta ato do Poder Executivo que regulamenta o cálculo dos valores a serem pagos às concessionárias de transmissão pelos ativos de transmissão não depreciados.
Rejeitada em 27/08/25.
- PDC 1106/2018** MARCOS ROGÉRIO - Susta a Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que determina que os valores homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL relativos aos ativos previstos no art. 15, § 2º, da Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas.
Rejeitada em 27/08/25.
- PL 759/2015** ANDRÉ FUFUCA - Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Município de Rosário, Estado do Maranhão.
Rejeitada em 27/08/25.
- PL 3293/2004** FRANCISCO GARCIA - Obriga a Caixa Econômica Federal a divulgar os premiados nas loterias que administra.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 294/2007** MARCELO MELO - Institui a obrigatoriedade de identificação dos apostadores das loterias e concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 1012/2007** CARLOS BEZERRA - Identifica pelo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, o apostador de jogos de loteria explorados pela Caixa Econômica Federal e dá outras providências.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 4490/2008** RATINHO JUNIOR - Introduz campo para registro opcional de CPF e CNPJ nos volantes de apostas das loterias ou quaisquer concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 7716/2010** MARCELO ITAGIBA - Estabelece regras para a aposta em loteria de concurso de prognóstico com a finalidade de prevenção de lavagem de ativos financeiros ou bens patrimoniais obtidos ilicitamente, e dá outras providências.
Rejeitada em 03/09/25.



- PL 3821/2012** GIOVANI CHERINI - Estabelece regras para o pagamento de prêmio de loterias e de jogos congêneres, e dá outras providências.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 6327/2013** SANDRO ALEX - Estabelece a possibilidade de identificação do apostador nas loterias administradas pela Caixa Econômica Federal e altera o Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001; a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010; e a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a destinação dos prêmios não procurados das loterias federais administradas pela Caixa Econômica Federal ao município em que foi realizada a aposta.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 6561/2013** SANDRO ALEX - Faculta a identificação do apostador nas loterias administradas pela Caixa Econômica Federal por meio da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF), ou registro da carteira de identidade (RG); e privilegia o município em que foi realizada a aposta para receber os recursos da premiação não procurados das loterias federais administradas pela Caixa Econômica Federal.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 7183/2014** LUIZ COUTO - Dispõe sobre a criação do LORA - Leitor Ótico de Resultado de Apostas, e dá outras providências.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 1622/2015** GOULART - Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para estabelecer a obrigatoriedade de identificação do apostador nas casas lotéricas administradas pela Caixa Econômica Federal e proíbe a revelação da identidade dos ganhadores de prêmios lotéricos.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 3386/2015** MARCOS ROTTA - "Torna obrigatória a identificação do apostador nos bilhetes de Loterias de Prognósticos realizados pela Caixa Econômica Federal"
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 3623/2015** CÉLIO SILVEIRA - Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para estabelecer a obrigatoriedade de identificação do apostador nas casas lotéricas administradas pela Caixa Econômica Federal e possibilitar o pagamento do prêmio ao titular do Cadastro de Pessoa Física - CPF constante na aposta premiada sem a apresentação do respectivo bilhete galeado.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 4147/2015** CARLOS MARUN - É obrigatória a publicação na imprensa oficial do nome dos ganhadores dos prêmios da loteria federal superiores a R\$ 2 mil salários mínimos.



Rejeitada em 03/09/25.

PL 4188/2015 NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a possibilidade de os apostadores identificarem-se, no ato da aposta, nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal.

Rejeitada em 03/09/25.

PL 9840/2018 HEULER CRUVINEL - Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos jogos de loteria com o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, os apostadores de jogos de loteria explorados pela Caixa Econômica Federal e dá outras providências

Rejeitada em 03/09/25.

PL 10007/2018 MOSES RODRIGUES - Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias administradas pela Caixa Econômica Federal por meio da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF.

Rejeitada em 03/09/25.

PL 4288/2019 AUGUSTO COUTINHO - Obriga a Caixa Econômica Federal a divulgar o nome dos ganhadores dos prêmios nas loterias que administra.

Rejeitada em 03/09/25.

PL 805/2021 NEUCIMAR FRAGA - Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir os seguintes incisos, a fim de que seja declarado como obrigatório a identificação do apostador nos bilhetes de Loterias de Prognósticos realizados pela Caixa Econômica Federal, bem como, identificação dos apostadores em conjunto "bolão".

Rejeitada em 03/09/25.

PL 1389/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Altera o art. 16 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para permitir o pagamento de prêmio de loterias federais mediante a apresentação do comprovante de aposta ou, em sua falta, de documento pessoal que comprove ser o reclamante o titular do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF indicado no ato da aposta.

Rejeitada em 03/09/25.

PL 1751/2021 JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO - Obrigatoriedade de identificação dos apostadores das loterias e concursos de administrados pela Caixa Econômica Federal.

Rejeitada em 03/09/25.



- PL 1798/2021** BOCA ABERTA - Dispõe sobre a identificação do apostador no comprovante de aposta por meio do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), do Ministério da Economia.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 713/2022** CORONEL TADEU - Estabelece a obrigatoriedade de comunicação ao apostador dos jogos lotéricos federais, caso vencedor, para que resgate seu prêmio dentro do prazo legal.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 1787/2022** SARGENTO ALEXANDRE - Altera o art. 16 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para dispor sobre a prévia identificação do apostador de loterias, mediante a indicação, no ato da aposta, do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, do Ministério da Economia, e sobre o resgate dos prêmios de loterias.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 937/2023** PROF. REGINALDO VERAS - Assegura ao beneficiário de prêmio de loterias o direito de informação, e dá outras providências.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 1734/2023** THIAGO FLORES - Altera os arts. 10 e 16 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para dispor sobre a prévia identificação do apostador e o pagamento de prêmios de loterias federais.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 2204/2023** AMARO NETO - Torna obrigatória a identificação do apostador em jogos de loteria da Caixa Econômica Federal e acrescenta o art. 10-B a Lei nº 9.613, 03 de março de 1998.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 4068/2024** ANY ORTIZ - Institui nova regra a loterias federais, estaduais e municipais para facultar a inserção do Cadastro de Pessoa Física (CPF) no bilhete de aposta e dá outras providências.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 1268/2025** BIBO NUNES - Altera os arts. 6º e 16º do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para dispor sobre a identificação do apostador nos bilhetes de loteria e outras providências.
Rejeitada em 03/09/25.
- PL 3414/2019** CORONEL TADEU - Concede incentivo fiscal no imposto de renda a empresas que contratem mulheres que sofreram agressão.
Rejeitada em 17/09/25.



- PL 4363/2020** ZÉ NETO - Cria o selo Empresa Pela Mulher, destinado a estimular boas práticas empresarias para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como a fomentar liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero.
Rejeitada em 17/09/25.
- PL 1176/2023** MAURÍCIO CARVALHO - Estabelece programa de incentivo à contratação de mulheres vítimas de violência doméstica
Rejeitada em 17/09/25.
- PL 2333/2023** MAURICIO DO VÔLEI - Autoriza a Caixa Econômica Federal a destinar percentual da arrecadação das loterias por ela administradas para os permissionários lotéricos.
Rejeitada em 17/09/25.
- PL 4230/2023** MÁRCIO CORREA - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incentivar a geração de empregos e contratação de mulheres vítimas de violência doméstica.
Rejeitada em 17/09/25.
- PL 648/2015** LUIZ NISHIMORI - Cria Área de Livre Comércio no Município de Guaíra, Estado do Paraná.
Rejeitada em 24/09/25.
- PL 1858/2019** MAURÍCIO DZIEDRICKI - Cria a Zona Franca da Indústria Calçadista, nas condições que estabelece.
Rejeitada em 24/09/25.
- PL 4993/2019** MIGUEL LOMBARDI - Altera a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.
Rejeitada em 01/10/25.
- PL 5054/2016** SENADO FEDERAL - RICARDO FERRAÇO - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a residência docente na educação básica.
Rejeitada em 15/10/25.
- PL 1540/2023** PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE - Institui a jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais para profissionais da educação básica que atuam na gestão e na realização de serviços de apoio técnico-administrativo e operacional, inclusive sem redução salarial dos vencimentos e sem prejuízo da



evolução funcional, carreira ou demais vantagens, bem como institui o recesso escolar do mês de julho para referidos profissionais.

Rejeitada em 15/10/25.

PL 2040/2024 PEZENTI - Revoga o inciso III do art. 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que estabelece o interstício mínimo de 24 meses entre dois contratos celebrados para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Rejeitada em 22/10/25.

PL 2484/2024 CRISTIANE LOPES - Altera o Art. 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Rejeitada em 22/10/25.

PL 2819/2008 RENATO MOLLING - Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos e dá outras providências.

Rejeitada em 12/11/25.

PL 3491/2015 ALAN RICK - Cria a Zona Franca de Rio Branco, Estado do Acre

Rejeitada em 26/11/25.

PL 11214/2018 PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA - Institui o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Rejeitada em 26/11/25.

PL 298/2020 CAPITÃO ALBERTO NETO - Dispõe sobre a suspensão da exigência da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços - PIS/Pasep-Importação e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - Cofins-Importação incidentes sobre as importações efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus regulamente inscritas na Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, quando destinadas ao consumo interno.

Rejeitada em 26/11/25.

PL 1522/2007 FERNANDO COELHO FILHO - Reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta da venda de álcool para fins carburantes produzido a partir da utilização de mandioca como matéria-prima.

Rejeitada em 03/12/25.



- PL 3493/2008** GERALDO RESENDE - Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 3569/2008** EDUARDO CUNHA - Determina aos estabelecimentos bancários situados em todo território nacional a instalação de assentos para os usuários que estiverem no aguardo da vez de serem atendidos pelo caixa.
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 4100/2008** JÚLIO DELGADO - Determina aos estabelecimentos bancários e outros que enumera a instalação de assentos para os usuários que estiverem no aguardo da vez de serem atendidos e oferece medidas que amenizem o desconforto da espera no atendimento ao público, nos estabelecimentos que especifica.
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 4694/2009** SENADO FEDERAL - JAYME CAMPOS - Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barra do Garça, no Estado do Mato Grosso.
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 4767/2009** SENADO FEDERAL - MARISA SERRANO - Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 5033/2009** NELSON BORNIER - Torna obrigatório a instalação de assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes e deficientes físicos, nos estabelecimentos bancários.
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 2262/2011** LUIS CARLOS HEINZE - Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 2781/2011** SENADO FEDERAL- SÉRGIO ZAMBIASI - Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 2831/2011** ALCEU MOREIRA - Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São José do Norte, no Estado do Rio Grande do Sul.



Rejeitada em 03/12/25.

- PL 10721/2018** SENADO FEDERAL - CIRO NOGUEIRA - Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 1288/2019** MARA ROCHA - Modifica o art. 1º, da Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, para ampliar a abrangência da Área de Livre Comércio de Brasília, com extensão para o Município de Epiaciolândia - ALCB, no Estado do Acre
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 2343/2019** MARA ROCHA - Modifica os artigos 1º e 2º, da Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, para ampliar a abrangência da Área de Livre Comércio de Brasília, com extensão para o Município de Epiaciolândia - ALCB, no Estado do Acre.
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 6498/2019** LÉO MORAES - Altera o art. 4º da Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, que "Cria a Área de livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências".
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 267/2021** ROBERTO DE LUCENA - Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Região do Alto Tietê, Estado de São Paulo.
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 2617/2021** HILDO ROCHA - Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itapecuru-Mirim, Estado do Maranhão.
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 5858/2023** GILVAN MAXIMO - Altera a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para limitar a 30% (trinta por cento) da remuneração mensal o valor a ser descontado em folha dos servidores públicos federais, nos empréstimos consignados.
Rejeitada em 03/12/25.
- PL 1827/2019** CÉLIO STUDART - Dispõe sobre o piso salarial do assistente social
Aprovada em 17/12/25.
- PL 3008/2020** SENADO FEDERAL - JAQUES WAGNER - Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para incluir empreendimentos de economia solidária no rol de beneficiários dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, para estabelecer que as operações de financiamento à inovação, à digitalização e a empreendimentos da economia solidária poderão ser remuneradas pela Taxa Referencial (TR).
Aprovada em 17/12/25.



- PL 3715/2020** PADRE JOÃO - Cria o Programa Barraginhas e outras ecotécnicas para recuperação e perenização hídrica, na Política Nacional de Recursos Hídricos.
Aprovada em 17/12/25.
- PL 41/2021** ZÉ VITOR - Altera a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre o salário profissional do Assistente Social.
Aprovada em 17/12/25.
- PL 4267/2021** ALEXANDRE FROTA - Institui a Campanha de Conscientização sobre a Vacinação contra Giardíase, em âmbito do Federal, e dá outras providências.
Aprovada em 17/12/25.
- PL 4442/2021** MAURO NAZIF - Altera a Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993, a fim de dispor sobre o piso salarial do Assistente Social.
Aprovada em 17/12/25.
- PL 2466/2022** EDUARDO BISMARCK - Altera a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre o piso salarial do Assistente Social.
Aprovada em 17/12/25.
- PL 2627/2022** ANTONIO BRITO - Altera o art. 9º-C da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.
Aprovada em 17/12/25.
- PL 451/2024** DUDA RAMOS - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre parcelamento e cobrança de multas de trânsito para pessoas com deficiência ou seus responsáveis legais.
Aprovada em 17/12/25.
- PL 917/2024** LUCIANO GALEGO - Acrescenta o § 9º ao art. 98 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever o direito à gratuidade da justiça aos pacientes em tratamento do câncer, deficientes físicos ou pessoas com transtorno do espectro autista (TEA).
Aprovada em 17/12/25.
- PL 1987/2024** CAPITÃO ALBERTO NETO - Altera o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para dispor sobre a aplicação da pena de perdimento de veículo.
Aprovada em 17/12/25.



- PL 3162/2024** SERGIO SOUZA - Altera a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, para permitir a premiação em forma de quota parte em sociedade cooperativa, depósito em poupança e outros produtos financeiros ou de investimentos oferecidos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Aprovada em 17/12/25.
- PL 4164/2024** JONAS DONIZETTE - Altera o artigo 104 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para dispor que a pena de perdimento de veículo, na hipótese de transporte de mercadoria irregular, se condiciona à demonstração da participação do proprietário do veículo na infração.
Aprovada em 17/12/25.
- PL 1478/2025** LINDBERGH FARIAS - Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para garantir a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para os municípios que tenham guarda municipal.
Aprovada em 17/12/25.
- PLP 262/2019** SENADO FEDERAL - FLÁVIO ARNS - Altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas sejam beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).
Aprovada em 17/12/25.
- PL 8119/2014** ALCEU MOREIRA - Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI para peças e componentes de borracha que se destinam à máquinas de ordenhar e máquinas e aparelhos para a indústria de laticínios.
Rejeitada em 17/12/25.
- PL 785/2020** RUBENS BUENO - Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à ferramentas utilizadas por profissionais de salão de beleza.
Rejeitada em 17/12/25.
- PL 4177/2020** NEREU CRISPIM - Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a aquisição de imóveis inscritos em regime de ocupação ou aforamento nos demais entes da Federação.
Rejeitada em 17/12/25.
- PL 332/2021** ALEXANDRE FROTA - Dispõe sobre a criação do Programa de Proteção e Conservação das Nascentes de Água e dá outras providências.



Rejeitada em 17/12/25.

PL 3864/2023 BACELAR - Dispõe sobre cobrança de compensação financeira de agentes geradores de energia eólica e solar.

Rejeitada em 17/12/25.

PL 498/2024 CHARLES FERNANDES - Dispõe sobre cobrança de compensação financeira de agentes geradores de energia eólica e solar.

Rejeitada em 17/12/25.

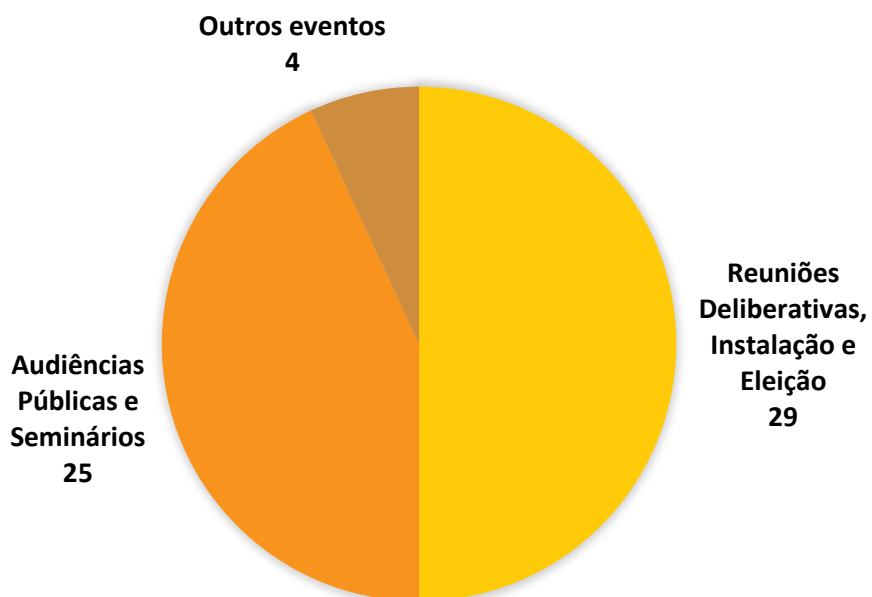


Relatório Anual da Comissão — 2025

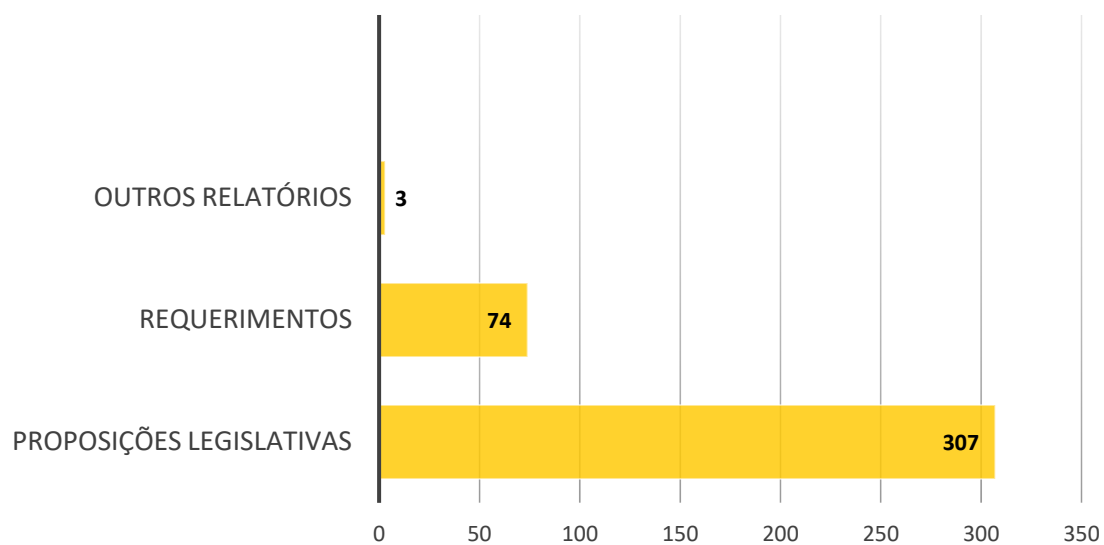
Estatísticas

Estatísticas

REUNIÕES REALIZADAS



Propostas Apreciadas



Relatório Anual da Comissão — 2025

Requerimentos Aprovados

Requerimentos Aprovados



- REQ-6/2025** SARGENTO PORTUGAL - Requer aditamento ao Requerimento nº 05/25, de autoria do Sr. Luiz Carlos Hauly, para inclusão de novo convidado nas audiências públicas destinadas a debater a previsão de cobrança pelo uso de sistemas operacionais indispensáveis à implantação da Reforma Tributária.
Aprovado em 26/03/25.
- REQ-4/2025** FLORENTINO NETO - Requer que seja CONVIDADO o Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, visando permitir um diálogo dos membros deste Colegiado para a exposição da leitura que o Governo faz da Economia do país, seus desafios e prioridades para o ano de 2025.
Aprovado em 26/03/25.
- REQ-5/2025** LUIZ CARLOS HAULY - Requer a realização de audiência pública para debater acerca da previsão de cobrança pela utilização dos sistemas operacionais indispensáveis para a implantação da Reforma Tributária. (PEC132/2023)
Aprovado em 26/03/25.
- REQ-7/2025** SIDNEY LEITE - Requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Exmo. Sr. Márcio Macêdo, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; Senhor André Corrêa do Lago - Presidente da COP



30; Ana Toni - Secretária Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, diretora executiva da COP 30 para debater nesta Comissão os aspectos econômicos e financeiros relacionados à realização da COP-30, com enfoque na Região Norte, especialmente no Estado do Amazonas.

Aprovado em 26/03/25.

REQ-9/2025 SARGENTO PORTUGAL - Requerimento de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 317, de 2022.

Aprovado em 26/03/25.

REQ-2/2025 PEDRO PAULO - Requer a realização de audiência pública com o Ministro da Fazenda e a Ministra- Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, para discutir sobre o Projeto de Lei n. 1.087, de 2025.

Aprovado em 26/03/25.

REQ-8/2025 JÚLIO CESAR - Requer aditamento ao Requerimento nº 5/25, do Sr. Luiz Carlos Hauly, para inclusão de representante do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na audiência pública para debater acerca da previsão de cobrança pela utilização dos sistemas operacionais indispensáveis para a implantação da Reforma Tributária. (PEC 132/2023).

Aprovado em 26/03/25.

REQ-3/2025 FLORENTINO NETO - Requer que seja CONVIDADO o Presidente do Banco Central, Sr. Gabriel Galípolo, visando diálogo com os membros deste Colegiado sobre a economia brasileira e como o BACEN pode atuar em prol do país.

Aprovado em 26/03/25.

REQ-15/2025 ROGÉRIO CORREIA - Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater os impactos à economia brasileira frente ao aumento das taxações impostas pelo Governo dos Estados Unidos da América.

Aprovado em 09/04/25.

REQ-18/2025 LUIZ CARLOS HAULY - Requer inclusão na audiência pública para debater acerca da previsão de cobrança pela utilização dos sistemas operacionais indispensáveis para a implantação da Reforma Tributária. (PEC132/2023), aprovada pelo REQ nº 5/2025, de representante da FENAINFO - Federação Nacional das Empresas de Informática.

Aprovado em 09/04/25.

REQ-19/2025 AUREO RIBEIRO - Requer a realização de audiência pública para debater a aquisição do Banco Master pelo Banco BRB (Banco de Brasília S.A.).

Aprovado em 09/04/25.



- REQ-13/2025** DUARTE JR. - Requer a realização de audiência pública para debater sobre o Projeto de Lei nº 4.146, de 2020, de autoria da Sra. Dep. Mara Rocha e outros, que "Regulamenta a profissão de Trabalhador essencial de limpeza urbana".
Aprovado em 09/04/25.
- REQ-20/2025** WELLINGTON ROBERTO - Requer a realização de audiência pública, na Comissão de Finanças e Tributação para tratar dos impostos incidentes sobre Dragagem Portuária no Brasil.
Aprovado em 09/04/25.
- REQ-17/2025** MAURO BENEVIDES FILHO - Requer aditamento do REQ 9/2025 desta Comissão, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta comissão para debater o PL 317, de 2022, que “Dá nova redação à alínea “a” do inciso “I” do art. 24-A e ao parágrafo único do art. 24-G, ambos do Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969”.
Aprovado em 09/04/25.
- REQ-12/2025** ROGÉRIO CORREIA - Requer, ouvido o Plenário, a realização de mesa redonda semanal para discussão da pauta e assuntos afetos à Comissão.
Aprovado em 09/04/25.
- REQ-24/2025** PAULO GUEDES - Requer a realização de Audiência Pública para debater o “Projeto de Lei nº 7528/2014 e os Apensados PL 2966/22 e 2965/22, que tratam de reabertura do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior e que altera a Lei nº 12.688, de 2022” (Proies).
Aprovado em 23/04/25.
- REQ-21/2025** LAURA CARNEIRO - Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, para debater sobre os investimentos no Banco Master, por parte do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro e do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA.
Aprovado em 23/04/25.
- REQ-22/2025** ROGÉRIO CORREIA - Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater a adesão do Estado de Minas Gerais ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados - Propag.
Aprovado em 23/04/25.
- REQ-27/2025** ROGÉRIO CORREIA - Requer a realização de seminário destinado a debater os impactos da redução da jornada de trabalho no Brasil.
Aprovado em 07/05/25.



- REQ-29/2025** LUIZ CARLOS HAULY - Requer a realização de audiência pública para debater acerca da greve dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e a não concessão de reajuste para a Carreira.
Aprovado em 07/05/25.
- REQ-26/2025** LUIZ CARLOS BUSATO - Requer a inclusão de convidado na audiência pública de que trata o Requerimento. Nº. 24/2025, do Senhor Paulo Guedes.
Aprovado em 07/05/25.
- REQ-30/2025** HILDO ROCHA - Requer audiência pública com o objetivo de tratar sobre os investimentos realizados no Brasil com os recursos do Fundo Multilateral de Investimento II (FUMIN II).
Aprovado em 07/05/25.
- REQ-34/2025** MARANGONI - Requer, nos termos regimentais, inclusão de orador na realização de audiência pública aprovada por meio do requerimento no REQ 13/2025-CFT
Aprovado em 21/05/25.
- REQ-32/2025** ZÉ NETO - Requer a inclusão de convidado na audiência pública de que trata o Requerimento. Nº. 27/2025, dos Senhores Rogério Correia e Guilherme Boulos.
Aprovado em 21/05/25.
- REQ-33/2025** PAULO GUEDES - Requer audiência pública com o objetivo debater o Projeto de Lei nº 1.796/2023, que institui a figura do assessor de apostas em loterias.
Aprovado em 21/05/25.
- REQ-31/2025** SIDNEY LEITE - Requer a realização de Audiência Pública, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, Ministro dos Transportes, Ministro da Justiça, Diretores do IBAMA, DNIT, PRF, PF, Governadores do AM, RR e RO sobre as obras da BR-319, em especial a respeito dos impactos orçamentários e financeiros, que estão sendo causados pela demora na sua consolidação, com impactos sociais e econômicos na Amazônia Ocidental.
Aprovado em 21/05/25.
- REQ-37/2025** LAURA CARNEIRO - Requer a realização de audiência pública para debater sobre o PL nº 1.827, de 2019, de autoria do Dep. Célio Studart que “Dispõe sobre o piso salarial do assistente social”
Aprovado em 28/05/25.
- REQ-50/2025** PAUDERNEY AVELINO - Requer que seja convidado o Presidente do Banco Central do Brasil - BCB, Sr Gabriel Galípolo, para prestar esclarecimentos



sobre eventual autorização/aval à compra de parte do Banco Master pelo Banco de Brasília - BRB.

Aprovado em 02/07/25.

REQ-60/2025 LUIZ CARLOS HAULY - Requer a realização de audiência pública para debater o financiamento do Sistema Único de Saúde-SUS.

Aprovado em 06/08/25.

REQ-68/2025 ROGÉRIO CORREIA - Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater os impactos à economia brasileira frente ao aumento das taxas impostas pelo Governo dos Estados Unidos da América.

Aprovado em 06/08/25.

REQ-51/2025 ZÉ VITOR - Requer a realização de Audiência Pública para debater as taxas cartorárias do Brasil, bem como a criação da padronização da taxa no âmbito nacional.

Aprovado em 06/08/25.

REQ-67/2025 SANDERSON - Requer a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei 1.833/2025, que Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para disciplinar o regime de registro e depósito centralizado de valores mobiliários, em especial no tocante a derivativos não depositados, e dá outras providências.

Aprovado em 06/08/25.

REQ-55/2025 SIDNEY LEITE - Requer a realização de audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 3.203, de 2021, que dispõe sobre o plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária.

Aprovado em 06/08/25.

REQ-69/2025 ROGÉRIO CORREIA - Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, para debater a criação de empresa pública federal dedicada à pesquisa, exploração, beneficiamento e industrialização de minerais estratégicos, críticos e terras raras.

Aprovado em 06/08/25.

REQ-52/2025 LAURA CARNEIRO - Solicita, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº 581, de 2019, que altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

Aprovado em 06/08/25.

REQ-64/2025 GUILHERME BOULOS - "Requeremos o comparecimento do Senhor Gabriel Escobar, Encarregado de Negócios da Embaixada dos Estados Unidos da



América no Brasil, perante esta Comissão de Finanças e Tributação, com o objetivo de prestar esclarecimentos acerca das declarações referentes à possível imposição de tarifas comerciais de até 50% sobre produtos brasileiros e as recentes tratativas do governo norte-americano com autoridades brasileiras que não integram formalmente a estrutura diplomática nacional — a exemplo do governador do Estado de São Paulo, Senhor Tarcísio de Freitas".

Aprovado em 06/08/25.

REQ-66/2025 MARANGONI - Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 62/2025-CFT, cujo objeto é o debate da situação do financiamento habitacional (funding).

Aprovado em 06/08/25.

REQ-61/2025 GILBERTO ABRAMO - Requer a realização de audiência pública a fim de debater sobre os 50 maiores devedores do Governo Federal.

Aprovado em 06/08/25.

REQ-62/2025 MARANGONI - Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação para debater a situação do financiamento habitacional (funding).

Aprovado em 06/08/25.

REQ-59/2025 RICARDO ABRÃO - Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação para discussão da política federal de concessão de isenções fiscais, subsídios financeiros, benefícios creditícios e renúncias tributárias.

Aprovado em 06/08/25.

REQ-49/2025 RICARDO ABRÃO - Requer o Aditamento ao Requerimento nº 42/2025, de minha autoria, para inclusão de palestrantes na audiência pública.

Aprovado em 06/08/25.

REQ-58/2025 RICARDO ABRÃO - Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação para discussão da política federal de concessão de isenções fiscais, subsídios financeiros, benefícios creditícios e renúncias tributárias.

Aprovado em 06/08/25.

REQ-63/2025 ALENCAR SANTANA - Requer Moção de apoio às empresas nacionais e ao equilíbrio das finanças públicas, afetados pelo anúncio do Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, de aplicar de forma linear o aumento das tarifas de importação para as empresas brasileiro.

Aprovado em 06/08/25.



- REQ-65/2025** ERIKA KOKAY - Requer Moção de Louvor à Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Federal (CONOF).
Aprovado em 06/08/25.
- REQ-70/2025** KIM KATAGUIRI - Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento Nº 62/2025-CFT, cujo objeto é o debate da situação do financiamento habitacional (funding).
Aprovado em 13/08/25.
- REQ-74/2025** PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE - Requer a realização de Audiência Pública para debater as cobranças indevidas por Bancos privados em relação a clientes aposentados, quebrando a confiança no débito automático.
Aprovado em 27/08/25.
- REQ-75/2025** PAUDERNEY AVELINO - Requer a realização de Audiência Pública para discutir os impactos econômicos e logísticos da denominada "Taxa de Pouca Água" no transporte fluvial na Bacia Amazônica.
Aprovado em 27/08/25.
- REQ-76/2025** PAULO GUEDES - Requer a realização de audiência pública para debater a adesão dos Municípios dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo ao Programa de Indenização Definitiva ("PID") criado a partir do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão.
Aprovado em 27/08/25.
- REQ-71/2025** MARUSSA BOLDRIN - Requer a inclusão de participante em audiência pública no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, a fim de debater sobre os 50 maiores devedores do Governo Federal.
Aprovado em 27/08/25.
- REQ-73/2025** RICARDO ABRÃO - Requer o Aditamento ao Requerimento nº 42/2025, de minha autoria, para inclusão de palestrantes na audiência pública.
Aprovado em 27/08/25.
- REQ-72/2025** MARANGONI - Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 42/2025-CFT.
Aprovado em 27/08/25.
- REQ-79/2025** ROGÉRIO CORREIA - Requer o envio de consulta ao Tribunal de Contas da União.
Aprovado em 03/09/25.



- REQ-78/2025** VINICIUS CARVALHO - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
REQUERIMENTO Nº, DE 2025 (Do Sr. VINICIUS CARVALHO)
Requer o Aditamento ao Requerimento nº 74/2025, para inclusão de
participantes na referida audiência pública.
Aprovado em 03/09/25.
- REQ-77/2025** AUREO RIBEIRO - Requer a realização de audiência pública para discutir o
potencial aumento de despesa pública em relação a ações futuras que poderão
ser adotadas pelo Governo Federal para garantir o acesso dos Sargentos do
Quadro Especial da Aeronáutica (QESA) à graduação de Suboficial.
Aprovado em 03/09/25.
- REQ-87/2025** PEDRO WESTPHALEN - Requer a realização de Audiência Pública para
discussão do tema: “Impactos do mercado ilegal de vinhos no Brasil”.
Aprovado em 17/09/25.
- REQ-83/2025** MARANGONI - Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência
pública, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, para debater os
impactos da Reforma Tributária (EC nº 132/2023) e sua regulamentação
referente aos impactos nas micro e pequenas empresas.
Aprovado em 17/09/25.
- REQ-82/2025** GUILHERME BOULOS - "Requer a realização de audiência pública para
debater ‘A realidade da AVIBRAS e a soberania nacional’ na Comissão de
Finanças e Tributação”.
Aprovado em 17/09/25.
- REQ-85/2025** RICARDO ABRÃO - Requer o Aditamento ao Requerimento nº 42/2025, de
minha autoria, para inclusão de palestrantes na audiência pública.
Aprovado em 17/09/25.
- REQ-80/2025** ERIKA KOKAY - Requer reunião de audiência pública sobre o PL 4447/2024
que dispõe sobre Política Brasileira de Capacitação de Microempreendedores
Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional
– PBCSIMPLES.
Aprovado em 17/09/25.
- REQ-88/2025** PEDRO WESTPHALEN - Requer a realização de Audiência Pública para
discussão do tema: “Implicações da Reforma Tributária no Setor Vitivinícola
Brasileiro”.
Aprovado em 17/09/25.
- REQ-86/2025** LUIZ CARLOS HAULY - Requer a realização de audiência pública conjunta
com a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços para debater a previsão de



cobrança de utilização dos serviços operacionais indispensáveis para a implementação da Reforma Tributária.

Aprovado em 17/09/25.

- REQ-81/2025** KIM KATAGUIRI - Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, destinada a debater o Projeto de Lei nº 3261, de 2025, de autoria do Deputado Kim KataguiRI, que “altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, para restabelecer a isenção de imposto de importação em compras de até 50 dólares”.
- Aprovado** em 17/09/25.
- REQ-84/2025** RICARDO ABRÃO - Requer o Aditamento ao Requerimento nº 42/2025, de minha autoria, para inclusão de palestrantes na audiência pública.
- Aprovado** em 17/09/25.
- REQ-99/2025** ROGÉRIO CORREIA - Requer a apresentação de requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei 5.076, de 2025.
- Aprovado** em 22/10/25.
- REQ-103/2025** ANTONIO BRITO - Requer informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre os agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias, agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento.
- Aprovado** em 12/11/25.
- REQ-102/2025** ANTONIO BRITO - Requer informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre os agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias, agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento.
- Aprovado** em 12/11/25.
- REQ-105/2025** ROGÉRIO CORREIA - Requer seja convidado o Excmo. Presidente do Banco Central, Sr. Gabriel Muricca Galípolo, visando diálogo com os membros deste Colegiado sobre as perspectivas e projeções para a economia brasileira.
- Aprovado** em 18/11/25.
- REQ-107/2025** ROGÉRIO CORREIA - Requer a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer a situação envolvendo a liquidação extrajudicial do Banco Master, bem como avaliar os potenciais impactos fiscais, regulatórios e sistêmicos decorrentes das operações da instituição nos mercados de crédito, securitização, consignado e distribuição de ativos financeiros.
- Aprovado** em 26/11/25.
- REQ-106/2025** ZÉ VITOR - Requer a realização de mesa redonda no município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, para debater a previsão orçamentária do Brasil, referente ao ano de 2026.



Aprovado em 26/11/25.

REQ-108/2025 ROGÉRIO CORREIA - Requer que a Comissão de Finanças e Tributação encaminhe ao Banco Central do Brasil pedido de informação referente a Clava Forte Bank S/A.

Aprovado em 26/11/25.

REQ-110/2025 SIDNEY LEITE - Requer seja convidado o Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, visando diálogo com os membros deste Colegiado sobre as perspectivas e projeções para a economia brasileira.

Aprovado em 03/12/25.

REQ-111/2025 ROGÉRIO CORREIA - Requer autorização para impressão do Relatório de Atividades da Comissão de Finanças e Tributação de 2025.

Aprovado em 17/12/25.

REQ-112/2025 ROGÉRIO CORREIA - Requer que a Comissão de Finanças e Tributação encaminhe à empresa Zema Crédito, Financiamento e Investimento S/A, CNPJ: 05.351.887/0001-86, pedido de informação referente a instituição financeira no período de 1º de janeiro de 2019 a 8 de dezembro de 2025.

Aprovado em 17/12/25.

REQ-113/2025 ROGÉRIO CORREIA - Requer que a Comissão de Finanças e Tributação encaminhe ao Banco Central do Brasil pedido de informação referente à Zema Crédito, Financiamento e Investimento S/A, CNPJ: 05.351.887/0001-86.

Aprovado em 17/12/25.





Relatório Anual da Comissão — 2025

Audiências Públicas e Eventos

Representantes do governo reafirmam na Câmara que estratégia contra tarifas dos EUA é negociar



Representantes do governo federal afirmaram, dia 29 de abril, em audiência pública na Câmara dos Deputados, que a principal estratégia adotada pelo Brasil para enfrentar o aumento das tarifas de importação nos Estados Unidos tem sido a negociação.

A Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Tatiana Prazeres citou a orientação do vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin de que não há vencedores em uma guerra comercial. “Nós buscamos, com os Estados Unidos, negociar, negociar, negociar. E isso é o que temos feito”, disse.

Ela também destacou a estratégia de demonstrar que o Brasil não representa um problema comercial para os EUA e que a relação econômica bilateral é vantajosa para ambos.

“Os Estados Unidos têm um superávit comercial com o Brasil, somando bens e serviços, de cerca de 25 bilhões de dólares. Em contrapartida, o Brasil possui superávit comercial com o mundo e déficit com os Estados Unidos”, explicou.

Falta de clareza

A Subsecretária de Acompanhamento Macroeconômico e de Políticas Comerciais do Ministério da Fazenda, Julia Braga disse que o governo tem acompanhado as decisões do governo americano desde o início e que um dos desafios é a falta de clareza sobre a amplitude e tempo de duração das medidas.

O diagnóstico técnico, segundo ela, aponta para preocupações americanas com a perda de espaço para a economia chinesa e a redução de empregos industriais nos EUA.

A subsecretária disse que hoje há uma forte incerteza em relação à política comercial americana. “A gente vê um processo fluido, um dia é uma decisão, em outro uma revisão dessa decisão, depois um processo de negociação e de flexibilização”, disse.



Julia Braga lembrou que o Fundo Monetário Internacional revisou o Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA sem indicar risco de recessão, e apontou para uma pequena revisão para baixo do PIB brasileiro (de 2,2% para 2%).

Diversidade de parceiros

Segundo ela, o Brasil é um dos países menos afetados macroeconomicamente pela guerra comercial, graças à diversidade de parceiros. Situação diferente de nações como o México, que são altamente dependentes do mercado americano.

“O Estado brasileiro possui instrumentos para se defender, buscando calibrar a política comercial para alcançar decisões ponderadas que atendam ao setor produtivo industrial, seja por meio de alterações tarifárias ou cotas”, explicou.

Setores preocupados

O deputado Rogério Correia (PT-MG), que propôs o debate na Comissão de Finanças e Tributação, lembrou que a estratégia protecionista adotada pelo presidente dos EUA, Donald Trump, ao longo dos primeiros 100 dias de governo, vem preocupando setores da economia brasileira.

Empresários do setor de madeira, petróleo, aço, alumínio e o agronegócio temem perder receitas e os possíveis impactos negativos como o aumento da inflação.

Segundo o parlamentar, a Confederação Nacional da Agricultura, por exemplo, avalia que o impacto a ser causado no Brasil seria de crítico para alto em 19 produtos do agronegócio.

Rogério Correia: política de Trump preocupa setores da economia brasileira



“Até aonde vai o Trump? O que nós estamos vendo é que a popularidade dele caiu muito. Já é o presidente dos Estados Unidos com a menor popularidade em décadas para esse início de governo”, observou o deputado. “Com esse aumento das tarifas a popularidade caiu e manifestações começam a acontecer”, acrescentou.

Caso do aço

Cristina Yuan, do Instituto Aço Brasil, relatou o caso específico da produção de aço no Brasil, que tem capacidade ociosa. Ela destacou que já existia uma “guerra do aço” global antes da decisão dos EUA, com vários países adotando medidas de defesa comercial.



A maior preocupação de Cristina Yuan é com um possível desvio de grande parte da produção de aço chinesa, maior produtor mundial e que já tem o Brasil como maior importador, para o mercado brasileiro.

“Os Estados Unidos recebem cerca de 26 milhões de toneladas de aço de outros países. Com as restrições americanas às importações de aço para todos os países, naturalmente haverá uma tendência de realocar essas 26 milhões de toneladas para países com medidas de defesa comercial não tão robusta”, disse.

Mudança na política comercial

A economista Renata Filgueiras, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), afirmou que as tarifas de Trump marcam uma mudança na política comercial dos EUA, afastando-se do multilateralismo da Organização Mundial do Comércio e buscando maior reciprocidade.

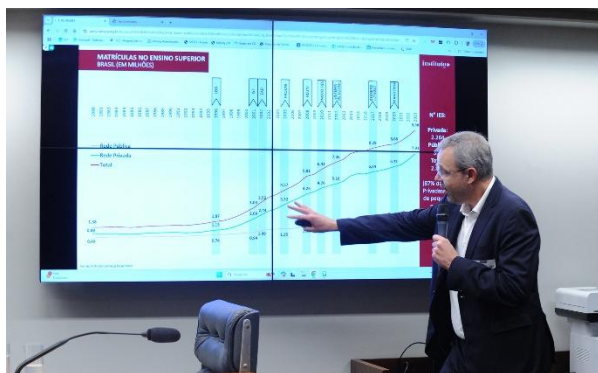
Ela aponta como objetivos do governo americano reduzir seu déficit comercial, fortalecer a indústria e reafirmar a hegemonia do dólar.

Segundo Renata Filgueiras, para o Brasil, as tarifas representam riscos de redução de exportações e desvio de mercados, mas também oportunidades de fortalecer laços com Mercosul, União Europeia e o Brics.

Ela defende uma postura firme do Brasil contra as pressões dos EUA, priorizando os interesses nacionais e a integração regional, em linha com a nova política industrial do governo.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Audiência debate programa de reestruturação de instituições de ensino superior



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados realizou audiência pública em 20 de maio para discutir o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).

A audiência foi solicitada pelo deputado Paulo Guedes (PT-MG).

Esse programa foi criado pela Lei 12.688/12 e permitia que as instituições de ensino superior renegociassem suas dívidas tributárias federais por meio de um plano de recuperação tributária. Em contrapartida, elas deveriam conceder bolsas integrais em cursos de graduação presenciais. Atualmente, o programa está em descontinuação.



Números da dívida

"Dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional demonstram um quadro preocupante sobre o endividamento do ensino superior", alerta Paulo Guedes. "No total, mais de 1.500 possuem dívidas tributárias e previdenciárias."

Atualmente, informa o parlamentar, 297 mantenedoras de instituições de ensino superior possuem dívidas, não ingressaram no Proies de 2012 e nem estão em recuperação judicial. "Essas mantenedoras possuem mais de 220 mil alunos matriculados e possuem R\$ 7,5 bilhões de endividamento tributário", contabiliza Guedes.

"Uma reabertura do Proies que possibilitasse a troca das referidas dívidas tributárias por bolsas de estudo, no âmbito do Programa Universidade para Todos, permitiria a criação de aproximadamente 210 mil bolsas integrais para alunos carentes", calcula.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Comissão debate adesão de Minas Gerais ao programa de pagamento de dívidas com a União



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados debateu, em 27 de maio, a adesão de Minas Gerais ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

O debate foi solicitado pelo deputado Rogério Correia (PT-MG). Ele explica que o Propag, criado pela Lei Complementar 212/25, concedeu prazo até 31 de dezembro de 2025 para os estados e o Distrito Federal manifestarem interesse em aderir ao programa e renegociar suas dívidas com a União.

O que é o programa

O Propag estabelece diferentes formas de pagamento, como transferência de dinheiro, de ações de empresas estatais, de bens móveis ou imóveis, e de créditos do estado para a União, desde que haja acordo entre as partes.

Rogério Correia destaca que a dívida de Minas Gerais ultrapassa R\$ 160 bilhões. Uma das propostas em discussão envolve a entrega do controle e dos lucros de empresas como a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a Companhia de Saneamento



de Minas Gerais (Copasa) e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) como forma de quitar parte do débito.

"Diante dos descontos nos juros e parcelamento do saldo das dívidas em até 30 anos, além da criação de um fundo de equalização federativa para compensar os estados em boa situação fiscal, torna-se imprescindível um diálogo constante da Comissão de Finanças e Tributação acerca da matéria, com ênfase, nesse primeiro momento, na dívida mineira", afirma o parlamentar.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Comissão discute piso salarial e regulamentação da profissão de trabalhadores de limpeza urbana



A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados realizou, dia 10 de junho, uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei 4146/2020, que trata da regulamentação da profissão de trabalhador essencial de limpeza urbana. O texto propõe, entre outras medidas, a definição de um piso salarial para a categoria equivalente a dois salários mínimos.

De autoria da deputada Mara Rocha (MDB-AC), o projeto tramita na Câmara desde 2020 e já foi aprovado em outras comissões. A análise pela CFT é considerada fundamental, pois é nessa etapa que se avalia a viabilidade financeira da proposta antes de sua possível aprovação final.

A audiência foi presidida pelo deputado Rogério Correia (PT-MG), a pedido do relator do projeto na comissão, deputado Duarte Jr. (PSB-MA). O debate contou com a presença de autoridades, especialistas e representantes da categoria, incluindo a deputada Érika Kokay (PT-DF), o secretário nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental, Adalberto Maluf, dirigentes sindicais como Raimundo Nonato, diretor de Comunicação da categoria, além de trabalhadores da limpeza urbana de diversos estados, incluindo o Distrito Federal.

Durante a audiência, os participantes reforçaram a importância do reconhecimento legal da profissão, a valorização dos profissionais que atuam na linha de frente da limpeza e manutenção das cidades, e a ampliação dos direitos trabalhistas. Atualmente, a remuneração média nacional dos trabalhadores da



limpeza urbana gira em torno de R\$ 1.774,60, segundo dados apresentados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), na pessoa de seu presidente, Paulo Ziukloski.

Outro ponto central do debate foi a jornada de trabalho da categoria. Atualmente, os trabalhadores cumprem 44 horas semanais, carga considerada exaustiva por seus representantes. O texto original do projeto propunha a redução para 40 horas, mas o substitutivo apresentado pelo deputado André Figueiredo (PDT-CE) propõe uma jornada ainda menor, de 36 horas semanais. Essa versão ampliaria o número de ocupações atingidas para 84% da categoria, com impacto financeiro anual estimado em R\$ 5,9 bilhões.

Para Gilberto César de Alencar, presidente do SIEMACO-RJ (Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro), a medida vai além de números. “Essa é, acima de tudo, uma medida de proteção à vida”, afirmou.

Durante a audiência, o presidente da Comissão, deputado Rogério Correia, defendeu o compromisso conjunto entre União, estados e municípios para viabilizar a proposta. “Nós, junto com o governo do presidente Lula, prefeitos e governadores, devemos colocar [esse projeto] como prioridade (...) A limpeza urbana é responsabilidade do município”, destacou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



CFT debate mudanças no IOF e reforma do imposto de renda com Haddad



Em decorrência das mudanças no que tange medidas provisórias na economia brasileira e demais questões econômicas, a Comissão de Finanças e Tributação e a Comissão de Fiscalização Financeira realizaram, dia 11 de junho, uma audiência pública com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar desses e demais assuntos da pasta.

O ministro, em sua fala inicial, pautou essencialmente o crescimento econômico do país e medidas determinadas pelo Governo Federal que contam com apoio do Congresso. Entre os exemplos citados, Haddad mencionou a integração de programas como o Bolsa Família, o Seguro-Desemprego e o aumento real do salário mínimo. Também enfatizou a importância da reforma tributária: “Não fosse a sensibilidade deste Parlamento, nós não teríamos feito a maior reforma tributária da história do Brasil”, afirmou.

O presidente da CFT, deputado Rogério Correia (PT-MG), reforçou a relevância das medidas discutidas. Segundo ele, as propostas buscam promover “justiça tributária e uma distribuição de renda mais equilibrada”.

A audiência foi realizada a partir da aprovação dos Requerimentos nº 4/2025, de autoria dos deputados Florentino Neto e Laura Carneiro, e nº 2/2025, do deputado Pedro Paulo, pela Comissão de Finanças e Tributação; além dos Requerimentos nº 27/2025, do deputado Kim Kataguirí, e nº 142/2025, do deputado Bacelar, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Renúncia Fiscal



A renúncia fiscal, que corresponde ao valor que o governo abre mão de arrecadar ao conceder isenções de tributos, foi um dos tópicos centrais da audiência.

O deputado Rogério Correia cobrou o cumprimento da Emenda Constitucional aprovada na legislatura anterior, que prevê a redução das renúncias fiscais dos atuais 4,8% para 2% do PIB até 2029. Segundo ele, a Constituição também determina um corte inicial de 10% nas renúncias, medida que ainda não foi implementada.

Haddad defendeu uma avaliação mais transparente e rigorosa desses benefícios, que representam bilhões de reais a menos nos cofres públicos, e apontou que medidas fiscais do governo encaminham para essa redução.

Durante o debate, ministro citou o Dirb (Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária) como um instrumento importante para dar transparência ao processo. Medida criada em 2024, determina declaração obrigatória para pessoas jurídicas que utilizam créditos decorrentes de benefícios fiscais.

“Hoje, o contribuinte declara o quanto não pagou, na Dirb. E o quanto ele pagou está protegido por sigilo, então, a gente não divulga esse valor. Mas o quanto ele não pagou é direito da sociedade saber. Quanto ele não pagou em função de um benefício fiscal? Hoje, pela primeira vez na história, a população brasileira sabe quem não paga imposto por benefício fiscal.”

Sobre críticas à prática das medidas fiscais afetarem o agronegócio e construção civil, o ministro declarou que os “benefícios fiscais não vão para o produtor” e que são justamente essas distorções que o governo está tentando corrigir.

“É correção de distorção. São 41 bilhões de reais em renúncia fiscal nos títulos isentos — 41 bilhões de reais. É mais do que o Seguro-Desemprego inteiro.”

Sobre as medidas de equilíbrio fiscal e redução de renúncia tributária, em geral, o ministro destacou que as previsões incidem que menos de 1% da população será afetada e que o país terá como benefícios “mais crescimento, menos taxa de juros, mais emprego, mais igualdade.”

Imposto de Renda e IOF

Sobre as mudanças no Imposto de Renda, em estudo no Ministério da Fazenda ao longo de um ano e que propõem a adoção de uma alíquota mínima, o ministro afirmou que, “até o presente momento”, não conseguiu enxergar uma “alternativa melhor”.

“Estamos falando de quem não paga nem 10% de alíquota efetiva, e essa pessoa ganha mais de 1 milhão de reais de renda por ano. A alíquota efetiva média de quem ganha mais de 1 milhão de reais por ano é 2,5%. Existe alguma coisa errada com o Brasil”, declarou.

O ministro também explicou o funcionamento da nova alíquota: “O que significa essa alíquota mínima? Você só paga o que falta para complementar. Se você ganha 1 milhão



e paga 5%, você só tem que pagar mais 5%. Se você paga 8%, você só tem que pagar mais 2%. Se você paga 11%, você não é afetado pela medida.” Com essas mudanças, Haddad afirma que o país conseguiria a arrecadação necessária para isentar ou diminuir o imposto de 15 milhões de brasileiros.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Presidente do Banco Central justifica taxa de juros em audiência na Câmara



O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse em audiência realizada dia 9 de julho, que mais de 70% dos itens que compõem o índice de inflação estão acima da meta de 3% ao ano para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esta, segundo ele, é a principal justificativa para a taxa de juros básica de 15% ao ano fixada pelo Comitê de Política Monetária.

Ele afirmou aos deputados da Comissão de Finanças e Tributação que a taxa de 15% é alta porque a política monetária no Brasil não tem os mesmos efeitos que em outros países. Ele explicou que existem subsídios cruzados que fazem com que as empresas consigam obter crédito com um custo menor que uma taxa normal.

Vários deputados, como Sidney Leite (PSD-AM), reclamaram da taxa de juros. “Se nós tivéssemos uma taxa de juros abaixo de dois dígitos, a grande maioria das indústrias do polo industrial da Zona Franca de Manaus estaria trabalhando em três turnos. Mesmo tendo o recorde de venda de motocicletas hoje no Brasil”, disse.



O deputado Paulo Guedes (PT-MG) ouviu a explicação de Galípolo, mas comentou que é injusta a situação atual porque a dívida pública sobe muito, minando o esforço fiscal do governo. “Não consigo, nesse momento, apesar de toda a sua generosidade, da sua explicação até um pouco clara, mas não me convence.”

Gabriel Galípolo disse que o Banco Central não pode flexibilizar a busca da meta de inflação até porque a expectativa de mercado para a inflação de 2027 ainda é de 4%. Mas sinalizou que a inflação de alimentos já passou de 17,5% em março para 12,5% em maio. “O Banco Central não vai se desviar, nem vai mediar com qualquer outro tipo de busca de objetivo. O Banco Central vai perseguir a meta e vai usar os instrumentos dele que são necessários para defender a moeda, que é uma instituição dependente da credibilidade, e o poder de compra do povo brasileiro.”

Galípolo também falou que o Banco Central está estudando novas formas de regulação do sistema porque, nos últimos anos, vários novos agentes entraram no mercado ofertando crédito.

Sobre a invasão a contas de instituições participantes do pix, Galípolo disse que tudo está sob investigação da Polícia Federal. Mas ele explicou que o sistema é íntegro porque a invasão ocorreu pela corrupção de um funcionário de uma empresa e não por um ataque cibernético.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Assistentes sociais defendem na Câmara aprovação de piso salarial para a categoria



Assistentes Sociais defenderam em audiência, dia 19 de julho, a aprovação do Projeto de Lei 1827/19, que institui o piso salarial nacional para a categoria. O projeto estabelece o salário-base de assistentes sociais em R\$ 4.200, mas há uma emenda que eleva esse valor para R\$ 5.500.

A presidente do Conselho Federal de Serviço Social, Kelly Melatti, destacou que, devido aos baixos salários, há grande rotatividade dos assistentes sociais nos empregos. Essa situação, segundo ela, dificulta a formação de vínculos com a população atendida.

"Não se faz proteção social, de uma maneira ampla, sem vínculo. A gente está falando de rotatividade de profissionais em um serviço que precisa de vínculo entre as pessoas, num centro de acolhida, nas unidades de saúde, no serviço de acolhimento para crianças e adolescentes".

De acordo com Kelly Melatti, estudo realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social constatou que 45% dos profissionais da categoria ganham menos de R\$ 3 mil por mês. Além disso, o levantamento apontou que 92% dos assistentes sociais são do sexo feminino.

Na opinião deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), autora do pedido de debate na Comissão de Finanças e Tributação, esse salário significa desconhecimento sobre a importância da assistência social.

"A questão da rotatividade da assistência é gravíssima. Esse vínculo, especialmente com crianças e adolescentes, e pessoas em situação de rua, ou pessoas que têm dependência química, é absolutamente vital. Imaginar, pelos dados que nos traz a Kelly, que 45% das 250 mil profissionais desse país recebem menos de R\$ 3 mil, não é só precarizar, é não ter a visão do que significa o sistema único de assistência."

Despesas

De acordo com o analista técnico em Assistência Social da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Brunno Trindade, a preocupação das prefeituras é com o aumento de despesas com o pagamento do piso salarial. Ele estima uma elevação dos gastos da ordem de R\$ 1 bilhão por ano para as prefeituras em todo o país.

O técnico da confederação de municípios ressaltou que, embora a legislação determine a divisão dos custos do sistema de assistência social entre União, estados e municípios, as prefeituras ficam com praticamente toda a responsabilidade. Segundo ele, o governo federal repassa atualmente apenas cerca de 20% do orçamento da assistência aos municípios. "O pleito é justo, só que tem que ter essa previsão orçamentária, e a União tem que cumprir um pouco mais esse papel em relação aos pagamentos."

Laura Carneiro, que também é relatora do projeto que institui o piso salarial para os assistentes sociais, concorda com essa necessidade de financiamento por parte da União. "O Sistema Único de Assistência é uma obrigação dos três entes da federação, como é na Saúde. E aí é verdade que quem sofre é quem está na ponta, e quem é a ponta? O trabalhador."



A deputada se comprometeu a trabalhar junto aos consultores da Câmara e aos ministérios para encontrar uma solução que viabilize a aprovação do piso sem onerar de maneira ainda mais desproporcional as prefeituras.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Em debate na Câmara, exportadores detalham impacto das tarifas dos EUA



Técnicos do governo e representantes de setores exportadores apresentaram, dia 20 de agosto, em audiência pública, os impactos da decisão do governo do presidente Donald Trump de taxar em 50% boa parte das exportações brasileiras. O debate ocorreu na Comissão de Finanças e Tributação, a pedido do presidente do colegiado, deputado Rogério Correia (PT-MG).

A diretora de Relações Internacionais da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Lhais Sparvoli, afirmou que setor foi muito prejudicado pela decisão. Os Estados Unidos são o principal comprador de um tipo de carne que não é valorizado no Brasil, o corte dianteiro do gado.

Sem o mercado americano, os produtores poderão deixar de embarcar 200 mil toneladas de corte dianteiro. A saída tem sido buscar novos mercados. “E nós vamos fazer isso, claro, mas nenhum outro país valoriza esse corte tanto quanto os Estados Unidos”, disse Sparvoli.



Cancelamentos

A diretora de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (Abipesca), Liliam Catunda, também reconheceu o impacto da sobretaxação sobre o setor. Segundo ela, o mercado americano compra 70% das exportações de pescado brasileiro, produtos oriundos da pesca e da aquicultura.

Desde a decisão de Trump, segundo Liliam Catunda, houve cancelamento de contratos e devolução de contêineres. Para o diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Marcos Antonio Matos, o principal desafio será criar novas parcerias comerciais. Ele explicou que o setor tem relações com empresas norte-americanas há mais de um século. “Não é da noite para o dia que vamos ter relação com novas empresas”, afirmou.

Compras

A secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Fernanda Machiaveli, detalhou a medida prevista na MP 1309/25, que prevê a compra governamental dos produtos alimentícios que não forem exportados devido à sobretaxação, como frutas e mel. “Aquilo que ficar no Brasil nós vamos comprar. Desperdício não vamos ter”, disse.

Os deputados que participaram da audiência pública defenderam a diversificação da pauta de exportações brasileiras. “É uma crise que gera mais oportunidade, e o Brasil tem muitos trunfos, muitas possibilidades”, disse o deputado Merlong Solano (PT-PI). Já o deputado Rogério Correia defendeu a união de todos os partidos em torno da defesa do Brasil.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Receita federal rastreia dinheiro de postos de combustíveis envolvidos com o crime organizado



Em audiência realizada dia 3 de setembro, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirmou que os órgãos responsáveis pela operação Carbono Oculto só vão divulgar os nomes de postos de combustíveis envolvidos com o crime organizado e a adulteração de produtos após terem certeza da participação deles.

Ele disse que a cautela é necessária para não prejudicar pessoas inocentes. “Por que a gente não fica falando de nomes? Para não cometer erro de operações passadas em que não se separou antes o joio do trigo e se quebraram empresas, quebraram setores do empresariado por falta de cautela. A gente não pode demonizar sem ter certeza absoluta de quem nós estamos pegando”, reforçou o secretário.

A operação foi deflagrada no fim de agosto e reuniu órgãos federais e estaduais em ações de apreensão de documentos e prisão de suspeitos. O esquema pode ter movimentado R\$ 80 bilhões e envolvia a adição de metanol em combustíveis. Até mil postos em dez estados podem ter sido atingidos.

Segundo o secretário, o esquema financeiro também usava pessoas sem ligação com os crimes. O dinheiro passava por contas de fintechs e bancos tradicionais, em chamadas contas-bolsão. Depois, era aplicado em fundos de investimento e, ao final, em negócios regulares. Assim, pessoas idôneas podiam virar sócias de criminosos sem saber.



Barreirinhas lembrou que operações anteriores da Receita contra contrabando de cigarros e apostas ilegais também envolveram fintechs. Por isso, o governo editou uma norma em 2024 para dar transparência às operações desses bancos digitais. A medida foi revogada após a disseminação da informação de que haveria taxaço do Pix.

“As mentiras, sim, ajudaram o crime organizado. A gente corrigiu agora na sexta-feira e vamos pedir os dados retroativamente a janeiro. A partir dessas informações, eu tenho certeza de que mais coisas serão encontradas relacionadas a esse tipo de problema.”

Ele ressaltou que o objetivo não é atingir todas as instituições digitais, que contribuem para a inclusão financeira. Mas informou que a Medida Provisória 1303/25 prevê punição a fintechs que atuem com bets ilegais.

Já o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) informou que apresentou o Projeto de Lei 4321/25, que exige transparência das contas abertas por fintechs, inclusive de ativos virtuais como criptomoedas. Ele disse ter recebido ligação anônima questionando sua disposição em levar a proposta adiante.

O deputado Luiz Carlos Hauly (Pode-PR) defendeu que o Banco Central aumente a fiscalização sobre as fintechs.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Comissão de Finanças debate projeto sobre tributação da participação nos lucros das empresas



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados promoveu, em 9 de setembro, audiência pública sobre o Projeto de Lei 581/19, que isenta os trabalhadores de Imposto de Renda (IR) sobre lucros ou resultados das empresas.

O texto altera a Lei de Participação nos Lucros das Empresas para conferir aos empregados o mesmo

tratamento fiscal dado a sócios e acionistas no momento da distribuição de lucros ou dividendos.

O debate foi solicitado pela deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), relatora da proposta na comissão.

A deputada destaca que, atualmente, os lucros e dividendos pagos a sócios são isentos de Imposto de Renda, enquanto a participação nos lucros ou resultados (PLR) dos trabalhadores é tributada na fonte.

Para ela, a distinção que existe atualmente resulta em um ônus desproporcional à força de trabalho e contraria os princípios constitucionais da isonomia tributária, da capacidade contributiva e da justiça fiscal.

“Além do embasamento técnico-jurídico, é essencial considerar os impactos orçamentários e fiscais, bem como os reflexos da tributação da PLR na produtividade, nas negociações coletivas e no estímulo à participação dos trabalhadores nos resultados empresariais – elemento que integra o rol dos direitos fundamentais trabalhistas”, afirma.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Câmara debate adesão de municípios de MG e ES a programa de indenização por desastre ambiental

As comissões de Finanças e Tributação; de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; de Minas e Energia; e da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados realizaram audiência pública conjunta, dia 16 de setembro, para discutir a adesão dos municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo ao Programa de Indenização Definitiva (PID).



O programa faz parte do acordo judicial que renegociou medidas e responsabilidades relacionadas ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG), com o objetivo de garantir compensações justas e definitivas para os atingidos.

O debate foi solicitado pelo deputado Paulo Guedes (PT-MG).

O parlamentar lembra que a adesão ao programa é voluntária. A proposta da audiência é ouvir prefeitos de municípios que ainda não aderiram ao PID buscando compreender os motivos da recusa.

Relembre o caso

Em 2015, a Barragem de Fundão se rompeu na cidade mineira de Mariana. O desastre deixou 19 mortos e causou graves impactos econômicos, sociais e ambientais no vale do rio Doce, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Relatório do TCU aponta ineficiências em isenções tributárias



Praticamente todos os benefícios fiscais avaliados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apresentam problemas de critérios, resultados ou monitoramento.

Em relatório de agosto, apresentado à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o TCU apontou também a dificuldade de alterar esses benefícios. Por isso, classificou-os em três faixas de risco: baixo, médio e alto.

Os gastos tributários — isenções e reduções de impostos para incentivar setores da economia — somam quase R\$ 600 bilhões por ano, na esfera federal. Isso equivale a cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a Constituição prevê um limite de 2%.

O presidente da comissão, deputado Rogério Correia (PT-MG), lembrou que há propostas em análise no Congresso para reduzir esses benefícios.

A proposta (PLP 182/25) de redução linear de 10% é explícita em projeto do líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE) (PT-CE). O outro texto (PLP 128/25) é do deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), mas também prevê a possibilidade de percentuais diferenciados por setor econômico.



Simples

O maior gasto é o Simples Nacional, regime simplificado de pagamento de tributos para pequenas empresas, que custa pouco mais de R\$ 120 bilhões ao ano.

O deputado Hildo Rocha (MDB-MA) aponta problemas no sistema.

“Determinados empresários, quando chegam ao limite de faturamento que os exclui do Simples, usam laranjas para abrir outras empresas. E isso é pouco combatido”, disse.

Retorno

O deputado Pauderney Avelino (União-AM) defendeu a criação de mecanismos de avaliação dos gastos. Ele é favorável à manutenção dos incentivos para a Zona Franca de Manaus, classificada pelo TCU como de alto risco. “Eu concordo em saber qual é o benefício e qual é o retorno. Não apenas para o desenvolvimento econômico, mas também social”, afirmou.

Para o deputado Sidney Leite (PSD-AM), os parlamentares devem levar em conta o custo atual das renúncias fiscais ao apresentar novos projetos. “Não faz sentido trabalharmos para reduzir o gasto tributário e, ao mesmo tempo, aprovarmos mais benefícios em outras comissões. É uma contradição.”



Relatório

O relatório do TCU analisou 16 benefícios, que representam mais de 80% do total. A íntegra pode ser consultada na página Observatório de Benefícios Tributários do tribunal.

Ranking de risco dos maiores benefícios fiscais (TCU)

Alto risco

- Poupança e títulos de crédito (LCA, LCI, CRI, CRA) – R\$ 22,19 bilhões. Beneficia mais ricos, distorce a alocação de recursos e não tem prazo definido.
- Setor automotivo (incentivos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste) – R\$ 7,77 bilhões. Não há metas, falta governança e o custo é alto frente à geração de empregos.
- Deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em saúde e educação – R\$ 34,76 bilhões. Beneficia mais ricos e contrasta com políticas universais nessas áreas.



- Zona Franca de Manaus – R\$ 29,89 bilhões. Gera ineficiência econômica, concentra benefícios em Manaus e não possui metas ou indicadores claros.
- Informática e automação (Lei de Informática) – R\$ 8,13 bilhões. Concentra benefícios em grandes empresas e é incoerente com a estratégia nacional de inovação.

Médio risco

- Rendimentos isentos do IRPF (doença grave) – R\$ 20,7 bilhões;
- Benefícios do trabalhador – R\$ 18,44 bilhões;
- Rendimentos isentos do IRPF (aposentados com mais de 65 anos) – R\$ 17,09 bilhões;
- Agricultura e agroindústria (fertilizantes e defensivos) – R\$ 51,4 bilhões;
- Entidades sem fins lucrativos (educação e assistência social) – R\$ 45,54 bilhões;
- Simples Nacional – R\$ 120,97 bilhões;
- Desoneração da cesta básica – R\$ 51,4 bilhões;
- Desenvolvimento regional (Sudam e Sudene) – R\$ 30,01 bilhões;
- Medicamentos e produtos farmacêuticos – R\$ 20,43 bilhões;
- Microempreendedor individual (MEI) – R\$ 8,76 bilhões.

Baixo risco

- Pesquisas científicas e inovação – R\$ 8,82 bilhões.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Comissão discute impactos financeiros da demora nas obras em rodovia que liga Manaus a Porto Velho



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados promoveu, em 7 de outubro, debate sobre os impactos nas finanças públicas da demora em concluir as obras da BR-319, rodovia federal que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO).

O debate atendeu a requerimento do deputado Sidney Leite (PSD-AM). O

parlamentar explica que, embora a rodovia represente a principal via de ligação da Amazônia Ocidental ao restante do território nacional, tem condições precárias em vários trechos. Segundo o parlamentar, os obstáculos à pavimentação da BR-319

completa geram consequências diretas sobre o orçamento público, a arrecadação e o desenvolvimento regional e nacional.

"Não está claro o motivo pelo qual as obras não avançam, tampouco há transparência suficiente sobre a execução e destinação dos contratos. A falta de informações detalhadas e acessíveis compromete o controle e a efetividade da fiscalização por parte do Parlamento", afirmou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Deputados analisam punição mais dura e reforço da fiscalização contra falsificação de bebidas



O aumento da fiscalização no comércio de bebidas alcoólicas e o endurecimento das penas para falsificação foram os principais temas de audiência conjunta das comissões de Finanças e Tributação e de Saúde da Câmara dos Deputados, realizada em 8 de outubro.

A representante do Ministério da Saúde, Vera Luiza da Costa, afirmou que os impostos sobre bebidas alcoólicas são baixos. Segundo ela, a arrecadação federal do setor chega a R\$ 12 bilhões, incluindo refrigerantes. Ela defendeu o aumento da fiscalização. "Precisamos ampliar o sistema para que o consumidor possa usar o QR Code na garrafa ou na lata e confirmar que o produto vem de uma fábrica legal", explicou.





Sicobe

O Sicobe, sistema de controle que monitorava em tempo real a produção de bebidas, foi extinto em 2016. O programa acompanhava a fabricação em indústrias de cerveja, refrigerante e água.

Estudo da USP aponta que a reativação do Sicobe poderia recuperar até R\$ 15 bilhões por

ano em impostos federais, recursos que poderiam reforçar a fiscalização.

O representante do Ministério da Agricultura, Irajá Lacerda, afirmou que o principal desafio é garantir a rastreabilidade e a autenticação das mercadorias com informações integradas.

“Precisamos garantir uma criptografia de Estado. Esse é o grande desafio. Não podemos mais ter sistemas que não se comunicam”, disse.

Indústria

A presidente da Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), Cristiane Foja, e o representante do Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac), Carlos Eduardo Cabral, destacaram que rastrear a produção local não é suficiente para combater a falsificação.

O representante da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas, Eduardo Cidade, se manifestou contra novas restrições ao setor formal. Segundo ele, a cadeia produtiva legal é confiável e composta por produtos de alta qualidade. Ele defendeu punição rigorosa aos envolvidos na fraude e proibição da venda, pela internet, de itens que facilitem a falsificação.

“Precisamos derrubar sites que vendem garrafas, rótulos, tampas e até selos da Casa da Moeda. [...] A fiança é de mil reais, o que torna o crime compensador. Não criem mais obrigações para a indústria formal, que é séria e entrega produtos de qualidade”, afirmou.

Para aumentar a confiança nos produtos, cerca de 15 mil donos de bares e restaurantes foram treinados pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) e pela Associação Brasileira de Bebidas Destiladas. O curso orientou sobre cuidados com lacres e garrafas, informou a presidente da Abrasel em Minas Gerais, Karla Rocha.

Crime hediondo

O deputado Kiko Celeguim (PT-SP), relator do Projeto de Lei 2307/07, que torna crime hediondo a adulteração de bebidas, afirmou que não falta regulamentação sanitária, mas há excesso de burocracia.



“As contradições estão nas áreas tributária e penal. É preciso calibrar a pena, que hoje é muito branda, e facilitar a tipificação para que a polícia possa agir de forma eficaz”, disse.

O parlamentar citou operação recente em São Paulo que flagrou falsificação de rótulos, garrafas e lacres. Por não conter líquido, o caso não foi considerado adulteração de bebida.

O mercado ilegal de bebidas movimenta cerca de R\$ 88 bilhões por ano — R\$ 29 bilhões em sonegação e R\$ 59 bilhões em perdas para a indústria.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Entidades de servidores rejeitam proposta de reforma administrativa



Entidades de servidores públicos criticaram, em audiência realizada dia 14 de outubro, a proposta de reforma administrativa apresentada na semana passada por um grupo de trabalho da Câmara dos Deputados. O tema foi debatido em audiência pública promovida pelas comissões de Administração e Serviço Público; e de Finanças e Tributação.

A proposta de reforma inclui novos critérios de remuneração e de progressão nas carreiras, avaliações de desempenho periódicas e mudanças nos concursos públicos e nas regras para contratação de trabalhadores temporários.



O presidente da Pública Central do Servidor, José Gozze apontou retrocesso e rejeitou a proposta por completo. “Quando atacam os direitos dos servidores públicos, como a estabilidade, atacam o cidadão, porque é pelas mãos dos servidores que o cidadão recebe os direitos constituídos e obrigatórios do Estado”, afirmou.

O evento reuniu representantes de 31 entidades de servidores dos três Poderes e do Ministério Público, sendo cinco centrais sindicais, dez sindicatos, nove associações, duas confederações, quatro federações e um fórum. Todos eles rejeitaram a proposta. Não houve participação do governo.

A audiência foi realizada a pedido das deputadas Ana Pimentel (PT-MG) e Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP) e do deputado Rogério Correia (PT-MG).

“Uma proposta de reforma administrativa que pretende alterar a dinâmica e o funcionamento do Estado brasileiro precisaria ser debatida amplamente com os sindicatos, é obvio, mas também com toda a sociedade”, afirmou Ana Pimentel.

Além dos três requerentes, compareceram à audiência os deputados Luiz Gastão (PSD-CE), Alice Portugal (PCdoB-BA), Carol Dartora (PT-PR), Chico Alencar (Psol-RJ), Pedro Uczai (PT-SC), Tadeu Veneri (PT-PR), Talíria Petrone (Psol-RJ), Tarcísio Motta (Psol-RJ) e Túlio Gadêlha (Rede-PE).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Comissão de Finanças debate proposta de desapropriação da empresa aeroespacial Avibras



Luciene Cavalcante (Psol-SP).

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados realizou, em 15 de outubro, audiência pública sobre o Projeto de Lei 2957/24, que propõe a desapropriação, por utilidade pública, da Avibras Indústria Aeroespacial S.A.

O debate foi realizado a pedido do autor do projeto, deputado Guilherme Boulos (Psol-SP), e da deputada Professora

O objetivo é avaliar os impactos econômicos, fiscais e estratégicos da proposta.

Os deputados ressaltam que a empresa é uma das poucas do país com capacidade tecnológica e industrial voltada ao setor de defesa, responsável pela produção de sistemas de mísseis, foguetes e soluções aeroespaciais.



Eles afirmam ainda que a crise financeira da companhia ameaça milhares de empregos e o domínio nacional sobre tecnologias sensíveis, fundamentais para a autonomia do Brasil em sua política de defesa.

Segundo Boulos, em 2021, o valor da dívida da Avibras era de R\$ 641 milhões, a maior parte com a União. "A possibilidade de venda da Avibras a empresas estrangeiras pode prejudicar a segurança nacional e a defesa do Estado", alerta o deputado.

"Cabe a esse Parlamento agir para indicar uma solução factível ao destino dessa empresa nacional tão importante para o nosso País."

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Categorias profissionais reivindicam aposentadoria especial em debate na Câmara



Profissionais de diversos setores reivindicaram o reconhecimento das condições de trabalho e a garantia da aposentadoria especial em audiência pública realizada na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados. O encontro debateu o Projeto de Lei Complementar 89/03, que estabelece critérios para a concessão de aposentadoria especial a diversas categorias, e ouviu profissionais de saúde, transporte e cultura.

Representantes de diversas entidades detalharam os riscos e as jornadas exaustivas de suas profissões, pressionando por uma legislação mais justa e alinhada à realidade dos trabalhadores.



Saúde e risco biológico

Representantes da área de saúde falaram sobre os perigos de suas rotinas. Rita de Cassia Ferreira da Silva, do Conselho Federal de Odontologia (CFO), e Ilda Angelica dos Santos Correia, da Conacs (que representa agentes comunitários de saúde e de combate a endemias), detalharam a exposição constante a riscos biológicos e as condições de estresse que justificam a aposentadoria especial.

"É uma questão de justiça social. Nossos profissionais estão na linha de frente, expostos, e a Previdência precisa reconhecer o desgaste precoce que essas atividades impõem", afirmou Ilda.

Transportadores

Alziro da Mota, da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), e Rodrigo Lopes Cosendey, vice-presidente do Sindtaxi de Niterói (RJ), defenderam a necessidade de incluir taxistas e transportadores autônomos na lista de categorias com direito ao benefício.

Eles apontaram para o risco constante de acidentes, a exposição à violência e as longas jornadas que comprometem a saúde e a segurança no trânsito.

Cultura

Juliana Amaral, da Fundação Nacional de Artes (Funarte), fez um apelo pelo reconhecimento das profissões artísticas que envolvem rotinas extenuantes e, muitas vezes, ambientes de trabalho precários.



Sustentabilidade do sistema previdenciário

O coordenador-geral do Ministério da Previdência Social, Paulo Cesar Andrade Almeida, pediu cautela e destacou a necessidade de rigor técnico e legal na definição das categorias que pleiteiam a aposentadoria especial.

Ele defendeu que o reconhecimento de atividades insalubres, perigosas ou penosas deve se basear em critérios objetivos e laudos técnicos que comprovem a efetiva exposição do trabalhador a agentes nocivos, evitando-se a inclusão de profissões unicamente pela sua natureza, mas sim pelas condições reais de trabalho.

Almeida também chamou a atenção para a sustentabilidade do sistema previdenciário e ressaltou a preocupação do ministério com o impacto financeiro da ampliação do benefício de aposentadoria especial, que acarreta a redução do tempo de contribuição e, consequentemente, aumenta os custos para os cofres públicos.

O coordenador defendeu que qualquer alteração legislativa que conceda a aposentadoria especial a novas categorias deve ser acompanhada de uma análise



aprofundada da fonte de custeio, de modo a preservar o equilíbrio atuarial e financeiro da Previdência Social.

Projeto

O deputado Hildo Rocha (MDB-MA), que conduziu os trabalhos e solicitou a realização do debate, afirmou que as contribuições das categorias serão essenciais para a análise final do Projeto de Lei Complementar 89/03.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) e o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) também participaram, reforçando o apoio às pautas dos trabalhadores afetados.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Comissão debate despesa com a graduação de sargentos do quadro especial da aeronáutica



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados discutiu, dia 21 de outubro, os custos para que o governo federal garanta o acesso dos sargentos do Quadro Especial da Aeronáutica à graduação de suboficial.

O debate foi solicitado pelo deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ).

O parlamentar quer uma avaliação dos impactos orçamentários e financeiros da possível reestruturação da carreira dos sargentos. Para o parlamentar, a mudança corrige desigualdades enfrentadas pelos sargentos do Quadro Especial, que são limitados à graduação de segundo-sargento, ao contrário dos taifeiros da Aeronáutica, já contemplados com a ascensão até suboficial pela Lei 12.158/09.

“Garantir o acesso desses sargentos à graduação de suboficial é uma questão de justiça, dignidade e respeito aos princípios constitucionais. É também uma forma de reconhecer o serviço prestado à Força Aérea Brasileira e ao Brasil, promovendo equidade e valorização das Forças Armadas”, afirma.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Proposta que acaba com “taxa das blusinhas” divide setores econômicos e consumidores em debate na Câmara



Em debate na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, dia 28 de outubro, representantes de setores econômicos e de consumidores se dividiram diante do projeto de lei que garante isenção de Imposto de Importação para compras internacionais de até 50 dólares (PL 3261/25). Na prática, o texto

acaba com a alíquota de 20%, a chamada “taxa das blusinhas”, imposta pela Lei 14.902/24 em agosto do ano passado sobre essas pequenas importações feitas por meio de comércio eletrônico.

A favor da proposta do deputado Kim Kataguiri (União-SP), o diretor da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Henrique Lian, citou pesquisa da LF Global Intelligence que aponta queda nas importações de até US\$ 50 nos estados mais pobres, como Bahia (-27%) e Pará (-19%). Outro levantamento (CNI) mostrou que 42% dos consumidores brasileiros já desistiram de uma compra internacional por causa da “taxa das blusinhas”.

“O Imposto de Importação no *e-commerce cross border* tem como fato gerador o ato de importar. E o seu contribuinte, de acordo com o Código Tributário Nacional, é o importador, ou seja, o consumidor. Portanto, é o consumidor que tem de estar no centro dessa discussão”, disse.

Representante de empresas de comércio digital como Uber, iFood, Buser, Flixbus e Amazon, o diretor da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), André Porto, disse que a taxa de 20% coloca o Brasil na “contramão internacional” e atinge a população mais pobre. Porto ainda registrou queda de 43% nas importações mensais de bens de consumo via Remessa Conforme, o programa criado pela Receita Federal com regras diferenciadas para o comércio eletrônico.

Dirigente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Internacional Expresso de Cargas (Abraec), Ricardo Barbosa afirmou que a “taxa das blusinhas” é responsável por freio nos investimentos do setor: 84% das empresas cancelaram planos de expansão e 34% reportaram perdas entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão.



“Vemos isso como o maior prejuízo, porque tínhamos um projeto de expansão no Brasil e tivemos que segurar por conta dessa mudança.”

Opinião das empresas brasileiras

Já a Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX) – representante de um setor que com 222 mil lojas, 1,3 milhão de empregos diretos e R\$ 374 bilhões em faturamento – se manifestou a favor da “taxa das blusinhas” diante da “concorrência desleal com plataformas internacionais”. O diretor da associação, Edmundo Lima, citou como exemplo os 90% de carga tributária sobre produtos comprados em lojas brasileiras, muito acima dos 45% da carga total de tributos das importações via plataformas asiáticas.

“Os 11 meses que sucederam a ‘taxa das blusinhas’ permitiram que o varejo de moda crescesse 5,4%, mesmo em um ambiente extremamente desafiador, como temos hoje em dia. A ‘taxa das blusinhas’ acabou fazendo com que a gente conseguisse manter milhões de empregos no Brasil. Então, pensar em extinguir isso é um grande equívoco”, salientou.

O diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel, lembrou que o setor registra US\$ 5,7 bilhões de saldo negativo na balança comercial (US\$ 908 milhões em exportações, US\$ 6,6 bilhões em importações) sobretudo por conta da concorrência com produtos asiáticos. Pimentel apresentou uma sugestão para valorizar a indústria nacional.

“Em vez de não taxar o produto estrangeiro, defendemos fazer um cashback para o consumidor brasileiro comprar produtos do Brasil, do varejo brasileiro. E esse cashback vai atender a todos aqueles que vão comprar do comércio do vestuário no nosso país.”

Houve consenso entre os debatedores nas críticas ao “custo Brasil”, marcado por altas cargas tributárias e burocracias. Organizador do debate, Kim Kataguirí, se queixou da falta de mobilização do setor produtivo na defesa de “medidas estruturantes” de equilíbrio fiscal e contra os aumentos de gasto do governo.

“Passando ou não passando o projeto, estruturalmente o nosso setor produtivo vai afundar. A gente pode dar uma sobrevida mantendo a taxa das blusinhas, mas não vai sobreviver. Não é nem no longo prazo, é no médio prazo”, afirmou.

O deputado Lucio Mosquini (MDB-RO) defendeu solução equilibrada que não gere “guerra” entre a indústria nacional e as plataformas de comércio eletrônico internacional.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Comissão debate impactos do mercado ilegal e da reforma tributária no setor vitivinícola



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara debateu, em 4 de novembro, os impactos do mercado ilegal e da reforma tributária no setor vitivinícola brasileiro.

O debate foi realizado a pedido do deputado Pedro Westphalen (PP-RS).

Criado pela reforma tributária, o Imposto Seletivo incidirá sobre produtos considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como cigarro e bebidas acólicas. A cobrança ainda está em fase de regulamentação.

O objetivo é desestimular o consumo desses produtos.

Westphalen quer discutir os efeitos da nova estrutura tributária sobre os custos de produção, comercialização e competitividade da vitivinicultura nacional. "A carga tributária atual já representa um dos maiores entraves à expansão do setor formal e ao combate ao mercado ilegal de vinhos", critica.

Ele acredita que o debate vai contribuir para identificar ajustes necessários à legislação, com foco na formalização e na arrecadação eficiente.

Contrabando

Westphalen também reclama da entrada de vinhos no país por vias ilegais, especialmente nas regiões de fronteira. "[Isso] tem gerado prejuízos expressivos à cadeia vitivinícola nacional, comprometendo a arrecadação tributária, a saúde dos consumidores."

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Comissão debate política de capacitação para pequenos negócios



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública, em 13 de novembro, para discutir o Projeto de Lei 4447/24, que institui a Política Brasileira de Capacitação de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional

(PBCSimples).

O debate foi solicitado pela deputada Erika Kokay (PT-DF).

A deputada, que é relatora do projeto na comissão, diz que a audiência tem por objetivo aprofundar o debate sobre o tema e reunir contribuições para aperfeiçoar a proposta. Ela ressalta a importância dos pequenos empreendedores para a economia do país.

"Os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte geram muitos empregos no Brasil e, conforme a Constituição, devem ser incentivados", afirma Erika Kokay.

O projeto

O PL 4447/24 busca fortalecer os pequenos negócios por meio da integração de ações públicas e privadas, com foco em planejamento de longo prazo, estímulo à inovação, desenvolvimento tecnológico, agregação de valor e incentivo às exportações. O texto prevê a criação de linhas de crédito específicas e desenvolvimento de ferramentas para alcançar ações de capacitação.

Para viabilizar a política, a proposta prevê que o Poder Executivo, em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), estabeleça um plano de capacitação com duração de quatro anos, que será avaliado anualmente pelo Congresso Nacional.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Em debate na Câmara, governo reafirma apoio ao fim gradual da escala de trabalho 6x1



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados discutiu, em audiência pública realizada dia 10 de dezembro, os impactos do fim da escala de trabalho 6x1. O debate reuniu representantes de entidades patronais e o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos.

Boulos afirmou que a mudança na jornada é prioridade do governo e citou exemplos internacionais. Segundo ele, nos Estados Unidos houve redução média de 35 minutos na jornada diária nos últimos quatro anos, com aumento de 2% na produtividade. Ele lembrou ainda que, na França, a redução para 35 horas semanais em 1998 resultou na criação de cerca de 300 mil empregos.

O ministro mencionou estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado em 2022, em 46 países. A pesquisa mostrou que o Brasil tem a quarta maior jornada semanal, com média de 39 horas, enquanto a Coreia do Sul tem 38 e a Alemanha, 34 horas.

“Fala-se muito que não podemos reduzir a jornada porque nossa produtividade é menor. Mas como ela vai aumentar se a trabalhadora e o trabalhador não têm tempo para estudar, descansar e melhorar suas condições de trabalho?”, disse Boulos.

“O tema envolve números e impactos econômicos, mas envolve também humanidade. O mercado se adapta”, enfatizou.



As mudanças sobre jornada estão em análise na Câmara e no Senado. O governo apoia o Projeto de Lei 67/25, relatado na Câmara pelo deputado Leo Prates (PDT-BA). O texto prevê redução gradual da jornada semanal, que sairia das atuais 44 horas para 42 horas em 2027 e 40 horas em 2028. O projeto está em exame na Comissão de Trabalho.

Atualmente, a legislação estabelece 44 horas semanais como limite máximo de jornada.

O debate foi solicitado pelo deputado Rogério Correia (PT-MG), que alertou para o avanço da proposta no Senado.

Segundo ele, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou, nesta quarta-feira, a Proposta de Emenda à Constituição que extingue a escala 6 por 1 (PEC 148/15). A proposta prevê a redução gradual da jornada semanal de 44 para 36 horas e segue para votação no Plenário do Senado.

Custos

O presidente em exercício da Fecomércio São Paulo, Ivo Dall'Acqua Junior, representante da Confederação Nacional do Comércio, disse ter restrições à proposta. Segundo ele, o Brasil tem um setor produtivo diverso e regras rígidas podem afetar atividades de forma desigual.

“Empregar custa muito. Nosso custo de trabalho é elevado, e isso também precisa entrar no debate”, disse.

Dall'Acqua afirmou ainda que o Brasil não registra ganho consistente de produtividade desde os anos 1980. Segundo ele, a produção por hora trabalhada é de US\$ 17, enquanto a Argentina registra US\$ 27, o Uruguai US\$ 30 e países da Europa e Estados Unidos superam US\$ 60.

O especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Pablo Rolim Carneiro, destacou o peso das pequenas empresas.

“Noventa e nove por cento das empresas brasileiras são micro, pequenas e médias. Elas respondem por cerca de 52% dos empregos formais e têm mais dificuldade para fazer adaptações internas.”

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Relatório Anual da Comissão — 2025

Subcomissão Especial das Isenções Fiscais

Subcomissão Especial das Isenções Fiscais



Presidente: Ricardo Abrão (União/RJ)

Relator: Mauro Benevides Filho (PDT/CE)

Instalada em 8 de julho de 2025, a Subcomissão Especial das Isenções Fiscais (SUBFISC) teve como missão analisar, fiscalizar e propor melhorias no atual sistema de isenções, subsídios e renúncias tributárias concedidas pela União, que hoje representam uma perda de arrecadação estimada em quase R\$ 800 bilhões por ano. A criação da subcomissão também buscou acompanhar a aplicação das isenções, a verificação da base legal que as sustenta, a avaliação da eficácia das políticas tributárias adotadas e a elaboração de propostas legislativas que tornem o sistema mais justo, eficiente e transparente.

O relatório da SUBFISC foi aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação no dia 15 de outubro.



Subcomissão especial debate política federal de isenções e benefícios fiscais



A Subcomissão Especial das Isenções Fiscais da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados realizou audiência pública, dia 12 de agosto, para discutir a política federal de concessão de isenções, subsídios, benefícios e renúncias tributárias.

O evento atendeu a pedido do deputado Ricardo Abrão (União-RJ). Segundo o parlamentar, o

objetivo é reunir informações de órgãos técnicos, instituições de ensino e especialistas para subsidiar a atuação da subcomissão na análise da política de benefícios fiscais da União.

Abrão afirma que as renúncias tributárias e os subsídios financeiros e creditícios representam custo fiscal superior a R\$ 1 trilhão por ano — mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) — e que não há transparência e padronização suficientes nos critérios de concessão.

“O levantamento de informações permitirá discutir, avaliar e propor medidas legislativas mais eficazes, identificando excessos e assegurando a continuidade de benefícios eficientes”, disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Especialistas admitem excesso de isenções fiscais



Em audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, realizada em 2 de setembro, especialistas admitiram excesso de isenções fiscais no Brasil.

Para a procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo Élide Graziane Pinto, não há dúvidas quanto à urgência em reduzir essa renúncia, que continua crescendo neste ano. “Uma frase que talvez



caiba neste debate das renúncias fiscais, que já escalam para mais de R\$ 800 bilhões apenas no nível da União, é: ‘para todo esperto, tem um otário’. Se alguém está se beneficiando de um privilégio tributário de natureza indefinida, por prazo indeterminado e sem entregar contrapartidas, o resto da sociedade está pagando a mais”, disse.

A professora do Instituto de Finanças Públicas, Selene Nunes, pediu cautela a fim de se preservarem os empregos formais no país. “Falamos assim: ‘vamos cortar 2% ou 10% ou o que for de forma linear’, ignorando que essas políticas têm impacto sobre nível de emprego, sobre investimentos que vão ser realizados e sobre nível de preços”, colocou.

O gerente jurídico do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), Matias Lopes, manifestou preocupação diante dos reflexos dos projetos de lei no Repetro, o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural. Segundo ele, eventuais mudanças podem encolher as exportações do setor em 13% e tirar o Brasil da concorrência global de exploração e produção de petróleo.

Sugestões

Entre as sugestões, defenderam o reforço da transparência por meio de monitoramento mais rigoroso do cumprimento das contrapartidas e do controle social dos beneficiários da renúncia fiscal.

Organizador do debate na Subcomissão Especial de Isenções Fiscais, o deputado Ricardo Abrão (União-RJ) também defendeu a individualização dos futuros cortes. “O termo ‘caixa preta’ é realmente verdadeiro: não tem estudo periódico para avaliar cada benefício fiscal. Diante da pressão que está tendo, já estão querendo votar esse projeto que veio do governo federal e a tendência é passar esse corte linear de 10%, que eu também acredito que não vai resolver. Tem que focar em cada benefício, sem prejudicar onde o benefício é necessário”.

A subcomissão foi criada para discutir a política federal de concessão de isenções fiscais, subsídios financeiros, benefícios creditícios e renúncias tributárias.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Relatório Anual da Comissão — 2025

Emendas Orçamentárias

LDO e LOA

Emendas Orçamentárias LDO e LOA



EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE (PLDO) 2026 APROVADAS PELA COMISSÃO

SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 1/2025 - que "requer a inclusão de meta no "Apoio à economia popular e solidária sustentáveis" (Programa: 4006 / Objetivo Especifico : 0477 / Inclusão de Meta: 1.000)". O Dep. Mauro Benevides Filho subscreveu a sugestão.

SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 2/2025 - que "requer a inclusão de meta para "Aumento de volume de crédito habitacional - Minha Casa Minha Vida" (Programa: 2320 / Objetivo Especifico : 0510 / Inclusão de Meta: 3,26%)".

SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 4/2025 - que "requer a inclusão de meta para "Ampliar o alcance da população, em especial do público escolar, a conteúdos de educação financeira, história dos instrumentos de pagamentos, conceitos básicos de economia e de sustentabilidade." (Programa: 4103 / Objetivo Especifico : 0230 / Inclusão de Meta: 1.000)".



SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 5/2025 - que "requer alteração do PLDO para dispor que "ficam dispensadas das medidas de compensação as proposições legislativas que resultem em renúncia de receita ou em aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, desde que o impacto corresponda a, no máximo, um milésimo por cento da receita corrente líquida realizada no exercício de 2025."".

SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 6/2025 - que "requer alteração do texto do PLDO a fim de "autorizar o provimento de cargos da Receita Federal em quantitativo de até 200% das vagas previstas na Portaria SEDGG/ME nº 5.348/2022."".

SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 7/2025 - que "requer a alteração do PLDO para "incluir a criação de reserva específica correspondente a 0,1% da receita corrente líquida de 2026, destinada à compensação de despesas obrigatórias ou de caráter continuado, bem como de renúncias de receita, garantindo a adequação orçamentária e financeira de projetos apresentados no âmbito do Congresso Nacional pelo Poder Legislativo."".

O Dep. Mauro Benevides Filho subscreveu a sugestão.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA (PLOA) DE 2026 APROVADAS PELA COMISSÃO

EMENDA 1 (Apropriação) - Unidade Orçamentária: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta; Código da Ação: 00CW - Subvenção econômica destinada à ampliação do acesso ao financiamento habitacional (Lei nº 14.620, DE 13 de julho de 2023); MA 90; Nacional; GnD 3; Valor: R\$ 1.000.000.000.

EMENDA 2 (Apropriação) - Unidade Orçamentária: 99936 – UO Genérica Geratriz; Código da Ação: 9999, Ação Atípica - Integralização de Cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para Cobertura das Operações Contratuais no âmbito do PRONAF; MA 90; Nacional; GnD 3; Valor R\$ 4.000.000.000.

EMENDA 3 (Apropriação) - Unidade Orçamentária: 83201 - Banco Central do Brasil - BACEN; Código da Ação: 21B1, Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional; MA 90; Nacional; GnD 4; Valor R\$ 200.000.000.

EMENDA 4 (Apropriação) - Unidade Orçamentária: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta; Código da Ação: 21G7, Governança e Regularização Fundiária Nacional; MA 90; Nacional; GnD 4; Valor R\$ 300.000.000.

EMENDA 5 (Apropriação) - Unidade Orçamentária: 47101 - Ministério do Planejamento e Orçamento - Administração Direta; Código da Ação: 21FK, Aprimoramento de Planejamento Nacional, Orçamento Federal, Avaliação de Políticas Públicas e de Revisão de Gastos e de Articulação; MA 90; Nacional; GnD 3; Valor R\$ 20.000.000.

EMENDA 6 (Apropriação) - Unidade Orçamentária: 25208 - Superintendência de Seguros Privados; Código da Ação: 2000, Administração da Unidade; MA 90; Nacional; GnD 3; Valor R\$ 18.000.000.





Relatório Anual da Comissão — 2025

Equipe Técnica



Comissão de Finanças e Tributação

Secretária-Executiva

Amanda Campanini

Servidores

Andrea Santana

Danilo Pires

Geraldo Fagundes

Luiz Renato Xavier

Lucas Dantas

Lucas Zini

Maria Luiza Alves

Noemi Silva

Thiago Colucci

Vinicius Favilla Fuzeti

Aprendizes

Anna Julia Ferreira

Lyvya Brandão

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação
Anexo II, Ala C, Pav Superior, Sala 136
CEP 70160-900 – Brasília/DF
Telefones: (61) 3216-66654/66657
cft@camara.leg.br



Comissão de
Finanças e Tributação



CÂMARA DOS
DEPUTADOS